

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

RAFAELA SOUZA ANDRADE

**QUEM SÃO OS “SENHORES DA GUERRA”?
A COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE CORPORações, ESTADO E GUERRA**

Santana do Livramento

2014

RAFAELA SOUZA ANDRADE

**QUEM SÃO OS “SENHORES DA GUERRA”?
A COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE CORPORAÇÕES, ESTADO E GUERRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA.

Orientador: Prof. Dr. Renato José da Costa

Santana do Livramento

2014

Catálogo da Publicação
Serviço de Documentação
Universidade Federal do Pampa - Unipampa

Andrade, Rafaela Souza.

Quem são os “Senhores da Guerra”? A Complexa relação entre Corporações, Estado e Guerra / Rafael Souza Andrade. – Santana do Livramento: Universidade Federal do Pampa, 2014.

xi, 73 f. ; VI il: 29,7 cm.

Orientador: Renato José da Costa

Monografia (graduação) – Universidade Federal do Pampa, Unipampa, Bacharelado em Relações Internacionais, 2014.

1. Corporações. 2. Estados Unidos. 3. Guerra. 4. Lobby das Armas. 5. Política Externa. – Monografia. I. Costa, Renato José da. II. Universidade Federal do Pampa, Campus Santana do Livramento, Curso de Relações Internacionais, 2014. III. Quem são os “Senhores da Guerra”? A Complexa relação entre Corporações, Estado e Guerra.

CDD: 327.10978

RAFAELA SOUZA ANDRADE

**QUEM SÃO OS “SENHORES DA GUERRA”?
A COMPLEXA RELAÇÃO ENTRE CORPORAÇÕES, ESTADO E GUERRA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau
de Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa- UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: 18/08/2014.
Banca examinadora

Prof. Dr. Renato José da Costa
Orientador
(UNIPAMPA)

Prof. Msc. Flávio Augusto Lira Nascimento
(UNIPAMPA)

Prof. Msc. Rafael Vitória Schmidt
(UNIPAMPA)

Dedico este trabalho a todos aqueles que estiveram comigo ao longo dessa caminhada.

Em especial, a minha família que amo tanto.

AGRADECIMENTO

Gostaria de agradecer primeiramente a **Deus**, por sempre fazer-se presente em minha vida.

Ao meu **professor, orientador e amigo** Renatho Costa, pela sua importância, paciência, dedicação e empenho em toda a minha Vida Acadêmica, especialmente nesse último trabalho.

À minha **família**, que, por mais que eu escrevesse milhões de palavras, elas não seriam suficientes para demonstrar o quanto eu os amo (Júlio César Andrade, Gislene Andrade, Júlia Andrade e Roberto Lovato).

Aos meus **amigos** e demais companheiros, que de modo diferenciado sempre me apoiaram.

Aos demais **Professores** que me acompanharam ao longo do curso, **muito obrigada!**

“... Onde há desejo, há uma arma...”.

(O Senhor das Armas, 2005)

RESUMO

Este trabalho analisa a real influência que as grandes corporações exercem na elaboração e na execução da política externa dos Estados, em especial dos Estados Unidos da América (EUA). Assim, expõe qual o grau de expressividade, influência e autonomia dos Estados Unidos e das corporações frente às alterações sofridas pelo cenário internacional. Para tanto, analisa-se como os Lobbies e as Think Tanks, importantes ferramentas das grandes corporações, atuam e influenciam o Congresso estadunidense a fim de que a política externa também atenda aos seus interesses. Devido às transformações sofridas no sistema internacional com os atentados de 11 de setembro de 2001, os governos de George W. Bush (2001-2009) e Barack Obama (2009-) são utilizados como modelo de análise. Ainda, a Guerra do Afeganistão (2001 -) e a Guerra do Iraque (2003 - 2011) são analisadas para demonstrar o volume dos gastos militares empenhados pelos EUA e se, de fato, essas ações militares seriam interessantes ao Estado.

Palavras-chave: Corporações. Estados Unidos. Guerra. Lobby das Armas. Política Externa.

ABSTRACT

The present work analyses the actual influence the large corporations exert on the elaboration and the execution of the States' foreign policy, especially in the United States of America (USA). Thus, it exposes how wide the degree of expressivity, influence and autonomy of the United States and the corporations is, considering the Shifts suffered by the international scenery, Therefore, it is subjected to scrutiny how the Lobbies and the Thinks Tanks, important tools of the large corporations, act and influence on the American Congress so that the foreign policy also serves their interests. Due to the transformations verified throughout the international system from the September, 11th 2001 attacks on, George W. Bush (2001-2009) and Barack Obama's (2009-) governments are taken as a pattern for analysis. The Afghanistan war (2001) and the Iraq war (2003) are analysed to demonstrate the amount of the military expenses incurred by the USA and whether, in fact, those military actions would be convenient for the State.

Key words: Corporations. United States. War. Army Lobby. Foreign Policy.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico 1 – Gastos com Despesas Militares.....	80
Gráfico 2 – Distribuição dos Gastos Militares.....	82
Gráfico 3 – Mudança nos Gastos Militares.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Equipamentos Militares dos EUA – Iraque (2007).....	78
Tabela 2 – Equipamento Militar dos EUA - Iraque (2007) – com preços.....	79
Tabela 3 – Top 15 – Países com maiores Investimentos Militares.....	81

LISTA DE SIGLAS

ADMs – Armas de Destruição em Massa

AIPAC – American-Israel Public Affairs Committee

AP – Autoridade Palestina

CS – Conselho de Segurança

EUA – Estados Unidos da América

NRA – National Rifle Association

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG - Organização Não Governamentais

ONU – Organização das Nações Unidas

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

SIPRI – Stockholm International Peace Research Institute

UAC – United Aircraft Corporation

UE – União Europeia

USC – United Shipbuilding Corporation

WINEP – Washington Institute for Near East Policy

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O NEORREALISMO COMO REGRA DO JOGO	16
3 OS ESTADOS UNIDOS.....	31
3.1 A Política Externa Americana: um breve histórico sobre as Relações Internacionais dos Estados Unidos	31
3.2 O Papel do Congresso Americano quanto à formulação da Política Externa dos Estados Unidos	35
3.3 As Grandes Corporações e seu Papel na Formulação da Política Externa dos Estados Unidos .	39
3.3.1 O Papel dos <i>Think Tanks</i>	40
3.3.2 O Papel dos <i>Lobbies</i>	44
3.4 O Governo Bush e a Perspectiva Neoconservadora da Política Externa dos Estados Unidos	46
3.5 O Governo Obama e a Tentativa de Reformulação da Política Externa dos Estados Unidos.....	54
4 CORPORAÇÕES <i>VERSUS</i> ESTADOS.....	59
4.1 As <i>Prime Contractors</i> pelo Mundo.....	61
4.2 O Panorama da Guerra do Afeganistão (2001)	65
4.3 Investimentos Militares na Guerra do Afeganistão (2001)	67
4.4 O Panorama da Guerra do Iraque (2003)	73
4.5 Investimentos Militares na Guerra do Iraque (2003)	76
4.6 A Tendência Mundial dos Gastos Militares (2012)	80
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	86

1 INTRODUÇÃO

Yuri Orlof inicia o filme “O Senhor das Armas”¹ (2005) com a provocativa afirmação: “Existem mais de 550 milhões de armas de fogo em circulação no mundo, isso equivale a uma arma para cada 12 pessoas no planeta, a única pergunta é: como podemos armar as outras 11?”.

Nicholas Cage personifica o traficante internacional de armas, Orlof, no filme dirigido por Andrew Niccol. “O Senhor das Armas” é uma obra repleta de elementos questionáveis sob o ponto de vista Humano, mas que encontra respaldo numa lógica muito particular e que o filme nos mostra como ratificada pelos Estados. Que sistema internacional seria este que privilegia os interesses do Estado em detrimento do Homem? Ainda, que aceita a morte gerada pelos conflitos militares ao invés de fomentar a criação de condições para a preservação da vida? Parecem questionamentos simplórios para serem tratados em um trabalho de conclusão de um curso de Relações Internacionais, no entanto, estes questionamentos estão imbricados a outros de maior estatura, mas que fundamentalmente procuram entender as relações de poder no sistema internacional e o que é priorizado nele.

Orlof é um personagem que sabe o que está fazendo e o porquê faz. Simples em sua constituição e sabedor de sua função no sistema internacional, ele age de acordo com a lógica do poder e do pragmatismo. Há outros personagens que fazem com que se reflita acerca dos posicionamentos do traficante de armas, mas o final revela que há pouco espaço para preocupações humanitárias – até mesmo humanistas – quando se trata de dinheiro e poder. Seria, então, uma visão demasiadamente Realista?

Estes elementos instigam os espectadores e fazem pesquisadores se debruçarem nesta temática no intuito de romperem ou ratificarem o “paradigma de Orlof”. Aqui, toma-se a liberdade de classificar um paradigma onde teorias já construíram edifícios, no entanto, a intenção é bem mais modesta, apenas buscar no filme de Niccol o elemento provocativo para desenvolver esta pesquisa. Se “O Senhor das Armas” não pode ser considerado um filme de arte, sua trama o levou a ser recomendado por organizações de grande relevância, quais sejam, os Direitos Humanos e a Anistia Internacional. Contudo, se o filme não responde às

¹ O SENHOR DAS ARMAS (LORD OF WAR). Direção de Andrew Niccol. Produção de Nicolas Gage. Intérpretes: Nicolas Cage, Than Hawke, Jared Leto, Bridget Moynahan, Shake Tukhmanyman, Donald Sutherland, e Outros. Roteiro: Andrew Niccol. Música: Antonio Pinto. Los Angeles: Lions Gate Films (EUA) e SDN (France), 2005. (122 min.), Blu-ray Disc, son., color.

perguntas aqui trazidas, expõe – mesmo que ficcionalmente – a estrutura do comércio internacional que envolve as indústrias de armas.

Nesse sentido, ao observar o atual cenário internacional, percebe-se a necessidade de estudos que busquem compreender melhor as questões relacionadas aos conflitos internacionais e que utilizam a guerra como meio – talvez como fim – para alcançar seus objetivos. Com isso, um questionamento torna-se imperativo, qual seja, a quem interessa a guerra; às grandes corporações, Estados ou a ambos? É nesta seara que este trabalho se desenvolve, na qual pretende entender quem são os “Senhores da Guerra”, personificados no “Paradigma de Orlof”.

A guerra não é um elemento novo nas Relações Internacionais, tampouco na história da humanidade. Keegan (2006) já expunha que antes mesmo de se pensar em Estado, civilizações já se digladiavam e se dizimavam, ou seja, muito antes de Westfália a solução de problemas através do *hard power*² surgia como uma forte opção. É bem certo que o processo civilizacional e a tentativa de normatizar o Sistema Internacional fizeram com que a “opção pela guerra” se tornasse – pelo menos sob a perspectiva dos “valores universais” estabelecidos – cada vez mais indesejada e de difícil aplicabilidade para os *policy makers*.

Contudo, em meio à profusão de transformações no Sistema Internacional, o século XX iniciou-se com duas guerras mundiais e o surgimento de teorias que visavam expor como os Estados deveriam se comportar nesta arena. Também, nunca antes a tecnologia fora utilizada com tanto afincamento para provocar a morte e destruição. De certo modo, ao mesmo tempo em que se discutia a elaboração de tratados de paz, desenvolvia-se tecnologia que visava anular o inimigo – não necessariamente aniquilando, muitas vezes o inibindo.

A tecnologia militar passou a significar segurança e desenvolvimento. Mas mais do que isso: durante o período da Guerra Fria foi o condicionante para que não houvesse o enfrentamento entre as duas grandes potências mundiais – EUA e URSS. Como isso, dos aviões exaltados por Douhet e Seversky – ideólogos da “Teoria do Poder Aéreo” – à utilização de *drones* para a espionagem e mesmo efetivos ataques, cada vez mais a Indústria de Defesa conseguiu se aproximar do Estado para “oferecer” seus produtos.

A guerra, nesse sentido, surge como uma grande incógnita, pois, até que ponto o desenvolvimento da indústria bélica é uma necessidade do Estado? E, no limite, até que ponto

² De acordo com Joseph Nye Jr. (2002), o *hard power* (poder duro) consiste na utilização de meios militares e econômicos para influenciar no comportamento de outros atores e fazer como que eles hajam de acordo com os interesses de que o emprega.

uma corporação que desenvolve tecnologia militar e vive da beligerância dos Estados, contribui para que os conflitos internacionais se perpetuem?

Estes são questionamentos difíceis de serem respondidos e o presente trabalho não se propõe a elucidar esta questão especificamente, contudo, uma derivação dela, pois, se as corporações necessitam vender seus produtos para sobreviverem e, basicamente, o maior consumo se dá durante o período de guerras, até que ponto as decisões dos Estados mantêm sua autonomia e não são influenciadas pelas corporações? Será que os grandes *players* elaboram as Políticas Externas de modo autônomo e considerando exclusivamente os interesses do Estado?

A quem interessa a guerra, neste Sistema Internacional anárquico? Ou seria a própria estrutura do sistema que impeliria à guerra? Com base nestes questionamentos, este trabalho pretende analisar a atuação dos Estados Unidos – um grande *player* – e das Corporações ligadas à Indústria Bélica, muitas vezes atuando a partir de *Prime Contractors*³, no intuito de entender se a Política Externa Estadunidense é desenvolvida a partir de interesses do Estado ou se a atuação de *Lobbies* influenciaria neste processo.

A hipótese adotada neste trabalho é de que há uma relação “promíscua” entre os *policy makers* e as corporações no intuito de estimular a belicosidade do Estado para que ocorram guerras e haja o aquecimento do mercado de armas, assim como, o desenvolvimento da tecnologia nelas empregada. Contudo, não se exime o interesse do Estado na guerra, porém, através da influência de *Lobbies* e *Think Tanks*⁴, as Corporações conseguem alterar a Agenda estadunidense e priorizar alguns eventos, como as guerras do Iraque e Afeganistão.

Para se alcançar os objetivos propostos neste trabalho, pretende-se, inicialmente, trazer uma abordagem acerca do sistema internacional, pois a partir da adoção da perspectiva neorrealista, será possível entender como os Estados atuam e as variáveis que gerariam instabilidade e poderiam desencadear em guerra. Basicamente, este capítulo teórico contará

³ Muitas vezes as indústrias bélicas atuam coletivamente para o cumprimento de determinados contratos, contudo, há sempre uma responsável pela execução do contrato, esta seria a *prime contractor*.

⁴ A atuação, assim como a constituição dos *Think Tanks*, serão objeto de análise desta monografia, desse modo, por ora apresenta-se um conceito geral que descreve este tipo de instituição: “organizações de diversas formas jurídicas e com distintas fontes de financiamento, que realizam pesquisas sobre políticas públicas, com a finalidade de aconselhar os *policy makers*, influenciar a tomada de decisão política e divulgar para a sociedade os resultados obtidos em seus estudos e pesquisas.” (SOARES, 2009, p. 111) Também, Haas (2002) define estas instituições como “[...] independentes, organizadas para a realização de pesquisas e geração de conhecimento politicamente relevante, que preenchem uma lacuna de importância fundamental entre academia (pesquisa) e governo (poder)” (*apud* SOARES, 2009, p. xii)

com a perspectiva de Waltz, no entanto, outros autores de mesma envergadura darão suporte à hipótese que pretende-se defender.

Na sequência, teremos um capítulo cuja função é expor em que bases os Estados Unidos foram fundados, quais são seus valores e em que balizam sua atuação internacional. Nesse sentido, além de um breve histórico, será analisada a política externa dos EUA, assim como a atuação de *Lobbies* e *Think Tanks* neste cenário. O quarto capítulo dedicar-se-á à análise da atuação internacional dos governos de George W. Bush (2001-2009) e Barack Obama (2009-), utilizando como parâmetro as Guerras do Afeganistão (2001-) e Iraque (2003-2011). Neste capítulo serão utilizados os dados do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), além das informações vazadas pelo *site Wikileaks.org*, no intuito de compor a somatória de gastos nestas duas guerras.

Ao último capítulo caberá fazer as considerações finais para constatar se a hipótese ora experimentada se configura em verdade. No entanto, cabe, novamente, ressaltar a importância de se discutir esta relação entre os Estados e as Corporações, haja vista que conforme expõem os contratualistas, o Estado só existe para defender sua população e, se houver algum tipo de subversão nesta premissa, talvez haja a necessidade de tudo ser revisado.

2 O NEORREALISMO COMO REGRA DO JOGO

*“Esqueça as guerras de gangues, o dinheiro na verdade está na guerra de verdade entre as nações.”
(O Senhor das Armas, 2005)*

Após o reordenamento e a nova configuração do cenário internacional, no período pós-Guerra Fria, é possível perceber que outros atores ganharam maior expressividade nesse cenário. E, concomitantemente, tornou-se mais evidente a preocupação da sociedade internacional com questões voltadas à manutenção da paz, direito humanitário internacional, proteção dos civis e não combatentes, dentre outras. Nesse contexto, também merece destaque o processo de securitização de vários temas, principalmente após os atentados ocorridos em 11 de Setembro de 2001. Na Agenda Internacional dos temas securitizados encontram-se, como prioridade, o comércio internacional de armamentos e o terrorismo.

Primeiramente, é importante salientar que quando se menciona “dados reais” ao se referir ao comércio internacional de armamentos, existe uma clara dificuldade na sua obtenção. Segundo Rolo (2009), a grande maioria dos países não divulga os valores da produção de armas, embora existam compromissos internacionais que os obriguem a divulgar anualmente os valores de suas vendas de armamentos. É perceptível, também, que os grandes protagonistas das compras e vendas desse setor proporcionam a falta de informação, uma vez que é possível constatar que muitas dessas armas estão diretamente atreladas aos conflitos internos registrados em diversos países. Pode-se elencar, também, como outro motivo para a falta de informações, a clandestinidade com que essas transações são realizadas. O que dá a essas armas, como destino final, o crime organizado, regimes ditatoriais ou até mesmo organizações consideradas terroristas.

No intuito de tentar balancear melhor essa situação, observa-se atualmente a existência de uma forte movimentação da comunidade internacional a fim de atuar mais efetivamente no controle das questões voltadas à compra e venda de materiais bélicos. Assim, no intuito de regular procedimento, o artigo 26 da Carta das Nações Unidas e o Tratado sobre o Comércio de Armas tentam abordar e encontrar alternativas para tratar deste tema. Sempre tendo como premissa os princípios da promoção e estabelecimento da paz e segurança internacionais.

Para a comunidade internacional, uma das questões prementes que favorecem a implementação e aplicação desse tratado está fundamentada na necessidade de prevenir e

eliminar o tráfico ilícito de armas – além de evitar seus desvios ao mercado ilícito – e o uso das mesmas por pessoas não autorizadas, em particular, as organizações terroristas. Elenca-se, também, como outro aspecto positivo quanto ao Tratado – além de deixar claro quais são seus objetivos, no que tange à regulamentação para o uso legal de armas e as questões voltadas ao âmbito da cooperação –, a busca pela garantia e manutenção dos interesses estatais, como o respeito legítimo dos Estados na aquisição de armamentos, por exemplo.

Embora o comércio internacional de armas sempre tenha se apresentado como uma das maiores preocupações na agenda internacional dos atores estatais ou não estatais, essa preocupação aumentou substancialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001 – sofridos pelos Estados Unidos e protagonizados pela Al-Qaeda (GARCIA, 2011). Como resultado direto desta ação da organização islamista, o mundo conheceu e vivenciou mais expressivamente um processo de securitização do terrorismo. A partir de então, o aumento em gastos militares passou a ter como justificativa, principalmente, a Guerra do Afeganistão (2001-), e a Guerra do Iraque (2003-2011), ambas dentro da estratégia da Guerra Contra o Terrorismo Internacional.

A guerra no Afeganistão teve como principal justificativa estadunidense a caça aos terroristas da Al-Qaeda. Já a Guerra do Iraque foi justificada pelo fato de que o país pertenceria ao “Eixo do Mal” e por possuir armas de destruição em massa (ADMs). Contudo, o fato que chama atenção neste caso é o longo tempo de duração destas guerras e o alto investimento nelas. Notoriamente estas alterações no sistema internacional estão, em grande medida, atreladas à política externa estadunidense.

Em um âmbito mais específico, no qual discutir-se-ia a quem a guerra é interessante – grandes corporações, Estados ou ambos – e, por conseguinte, aplicar-lhe-ia o “título” de “Senhores da Guerra”, a ausência de clareza nas relações entre atores gera dúvidas e questionamentos. Ainda, quando se tem acesso aos dados do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI) , é possível perceber um crescente aumento de despesas do âmbito militar em geral, e, mesmo para aqueles países que tiveram alguma redução, essa, foi considerada pequena.

The attacks on the United States of 11 September 2011 prompted 8 years of rapidly increasing spending. The increase was led by the USA, fuelled by the wars in Afghanistan and Iraq, but it was shared by most other countries, especially rising powers such as China, India and Russia. (SIPRI, 2013).

Portanto, sugere-se uma possível relação de interesses entre Corporações e Estado que seria facilitada pelo uso de *lobbies*. É importante ressaltar que mesmo neste cenário, o Estado continua sendo o protagonista, haja vista as corporações não terem como efetivar seus interesses – venda de armas – plenamente sem este condutor.

Assim, cabe inicialmente compreender a estrutura do cenário em que ocorre esta interação, qual seja, o Sistema Internacional. Quando se trata de política internacional, segundo Waltz (2002), os diferentes Estados produzem resultados diferentes e similares em suas relações. Também, esta estrutura pode ser identificada com o posicionamento que as unidades se encontram. Sarfati (2005) expõe que

Em política internacional, Waltz refere-se à estrutura como uma agência de situações limitantes. Nesse sentido, a estrutura designa um conjunto de condições que constroem os resultados da política internacional a uma dada fronteira. As estruturas são causas em política internacional, mas não de forma direta e, sim, indireta, por meio de duas formas. (SARFATI, 2005, p. 146).

Por meio dessas observações, Waltz pretende mostrar que a competição entre os atores, juntamente com a socialização dos mesmos, interferem em seu comportamento no cenário internacional. O cientista político ainda considera que tais atores são empurrados, de certa maneira, a atuarem sob um comportamento já padronizado, por isso, premeditado. Seu objetivo consiste em demonstrar que a forma como determinado Estado se comporta em relação aos demais, no contexto internacional, configura-se como o elemento mais importante.

O neorrealismo caracteriza-se como uma teoria da qual se tem como pressuposto que, independente das motivações históricas no ambiente internacional, existem elementos que continuam estáveis na realidade, e, o estudo destes, permite entrever determinado padrão de comportamento das unidades pela identificação de leis rotineiras. (MENDES; FURTADO, 2012). Kissinger acreditava que para a preservação da paz e a manutenção da estabilidade do cenário internacional, as atitudes e as características internas dos Estados seriam os principais responsáveis. Ainda, segundo Kissinger, uma ordem internacional considerada legítima, sempre tende à estabilidade e à paz; e uma ordem internacional revolucionária está diretamente ligada à guerra. Assim, de acordo com Waltz (2002), o fato de Kissinger entender que tal instabilidade do sistema internacional, bem como a guerra, seria resultante da existência de Estados considerados revolucionários, equivaleria a afirmar que as guerras são feitas por Estados propensos a ela.

No entanto, é importante destacar que existem Estados que estão, sim, mais propensos a fazer guerras, porém, essa motivação muitas vezes advém de todo um cenário e um passado histórico já existente. Ou ainda, que por trás de todas essas motivações para as guerras, existem outros atores – estatais ou não, que também se beneficiariam e possuem seus interesses em tal conflito. Como é o exemplo das indústrias bélicas ou *prime contractors*.

Cabe destacar que por trás de toda essa complexidade, muito dessa “propensão” à guerra tem relação direta com a formulação de política externa que os atores desenvolvem para a sua agenda internacional. É importante entender que, segundo Waltz, a diferença entre a política nacional e internacional não está propriamente ligada ao uso da força, mas sim aos diferentes modos de organização para fazer alguma coisa em relação a esse uso. Pode-se observar que uma característica que define a estrutura está relacionada diretamente à forma como as unidades ou atores definem os seus objetivos, e, após isso, à forma como os mesmos desenvolvem os meios para alcançá-los. Embora, segundo Waltz, os Estados sejam unidades funcionalmente semelhantes, eles se diferem em suas capacidades.

Esta diferenciação (entre as capacidades) é o que permite que se retome à ideia de que no sistema internacional a sua estrutura – definida na forma como os atores se posicionam em relação aos demais – liga-se ao princípio de ordenamento, e, o mesmo estabelece quais são as regras básicas de determinados relacionamentos. Assim, pode-se mencionar, nesse caso, o relacionamento entre as instituições de poder (executivo, legislativo e judiciário), ou seja, como o Congresso atua – um dos elementos que será abordado nesse trabalho, uma vez que o mesmo é o responsável pela ratificação da política externa dos Estados Unidos. Waltz (*apud* SARFATI, 2005) ainda nos traz que

Em termos internacionais, o princípio de ordenamento nos diz que o sistema internacional é anárquico, porque não há uma regra que defina que alguma instituição ou Estado seja superior ao outro e, por isso, essa condição de igualdade entre as unidades do sistema internacional implica que “ninguém manda em ninguém, na política internacional”. (WALTZ *apud* SARFATI, 2005, p. 147).

Assim, pode-se notar que a estrutura imposta pelas relações internacionais resulta na limitação da cooperação entre os Estados. O que de fato se observa é que a política mundial primordialmente considera as questões internas dos Estados. Ainda, quanto às relações entre os atores no âmbito internacional, apresentam-se alta constância e com seus padrões reaparecendo e mostrando que alguns eventos se repetem incessantemente.

Importante destacar que esse posicionamento dos atores não é totalmente dependente do princípio do ordenamento. Mas, mais especificamente das capacidades relativas (WALTZ, 2002), ou seja, aquilo que esses atores podem ou não fazer quanto às questões da política internacional. Esse poder que um ator tem em comparação ao outro remete claramente à capacidade militar americana frente aos demais atores, sendo essa capacidade bélica estadunidense notável e altamente expressiva. Segundo dados do SIPRI, ao observar as dez maiores empresas bélicas, sete são americanas, um número considerável. Embora caiba ressaltar que elas – principais indústrias bélicas americanas – não representam a totalidade do segmento, mas desempenham uma importante função nesta estrutura.

Sobre essas distribuições de capacidades, Waltz (2002) nos lembra de que as mudanças ocorridas nelas podem afetar, de fato, as relações entre os atores inseridos no sistema, mas não alteram as regras de relacionamento entre tais relações. Na visão de Waltz, quando esses atores são confrontados dando-lhes a possibilidade de cooperarem a fim de que seus ganhos sejam mútuos, a sensação de insegurança é mais forte nos Estados, assim, o resultado dessa situação configura-se em impedimentos à colaboração. Tem-se, então, a sensação ou condição de insegurança, ou, no mínimo, a incerteza de um ator em relação às futuras intenções do outro. E, as consequências desse cenário podem ser entendidas a partir do realismo ofensivo de Mearsheimer, segundo o qual, com o aumento da capacidade militar dos Estados, em um determinado momento, toda movimentação terá um estopim que culminará em um conflito.

Essa situação pode ser observada atualmente quando se analisa o arsenal militar que o Estado de Israel possui. Diante do apoio irrestrito que é concedido a Israel pra desenvolver seus armamentos e indústrias, com os subsídios enviados e o notório apoio diplomático americano, o Oriente Médio acabou por configurar-se em uma região de muita insegurança. O resultado é que tanto Israel quanto seus vizinhos buscam formas de proteção.

No sistema internacional, onde entende-se que os Estados são soberanos, que se têm como objetivo primordial a sobrevivência e que possuem características funcionais específicas, as diferenças e variações nas capacidades que cada um possui para atuar e executar suas funções – no que tange as questões de defesa, política econômica, dentre outras – é o elemento que pode prover o sentimento de segurança em relação aos demais. Para uma melhor compreensão, Sarfati (2005) esclarece que

[...] as capacidades em relação à segurança devem ser vistas em termos da qualidade de liderança do exército, dos seus soldados, do seu treinamento, da capacidade da indústria bélica, ou de compra de equipamento militar, da capacidade tecnológica de defesa das fronteiras, etc. (SARFATI, 2005, p. 148).

Ao considerar-se uma estrutura anárquica, onde o estado de natureza dos principais atores do sistema internacional é a guerra, certos elementos continuam estáveis na realidade. Assim ressalta-se que os Estados são os únicos que detêm o monopólio da legitimidade da força, ou seja, o uso da guerra. No entanto o questionamento que ganha vulto diz respeito a quem a guerra é interessante, uma vez que a presença de atores não estatais na política internacional é inevitável.

Waltz considera que a estrutura do sistema internacional é definida por atores com grande expressividade e não por aqueles considerados pequenos, no entanto, as grandes corporações internacionais – nesse caso, mais especificamente, as indústrias bélicas ou as *prime contractors* –, em muitas situações enquadram-se como mais expressivas e influentes do que os pequenos Estados. É nesse sentido que a teoria neorrealista aceita e reconhece a influência desses atores não estatais, contudo, prioriza a importância dos Estados – mais precisamente, os grandes. Segundo Waltz (2002), devido ao fato de essas empresas não proporcionarem o sentimento de segurança – personificado na figura das Forças Armadas, que somente os Estados os possuem; por elas encontrarem-se sob a jurisdição dos Estados e pelas pessoas demonstrarem fidelidade aos seus países –, não são protagonistas no cenário internacional, mas desempenham e têm seu lugar específico e garantido nesse sistema. Agrega-se o fato de que elas (corporações) encontram-se em um patamar inferior ao do Estado, uma vez que as questões e obrigações como legitimidade, soberania, poder, guerra e outros tradicionais conceitos do sistema internacional normalmente são competências estatais.

Quanto às corporações ou *prime contractors*, observa-se que foi a partir da década de 1990 que as indústrias de defesa iniciaram o processo de reestruturação, melhoramento e desenvolvimento. Essas *prime contractors*, muitas vezes possuem tanto apoio estatal que conseguem, com grande facilidade, instalar-se em determinada região e, devido ao seu expressivo potencial, são elas que praticamente dominam e operam todos os setores das indústrias de defesa. Desempenham, com isso, um papel fundamental na região onde se encontram e são as responsáveis por grande parte dos empregos, lucros e afins. Algumas se caracterizam pelas atividades totalmente especializadas e outras diversificam sua atuação dentro do setor de defesa.

Vale, ainda, ressaltar que embora haja falta de informação por parte de muitos países, no que tange aos valores de compra e venda, bem como as suas intenções e interesses no desenvolvimento e aprimoramento das mesmas, nota-se a significância dessas corporações para o cenário internacional, nos aspectos econômicos (vendas de armamento), militares (conflitos diretamente relacionados) e políticos (influência na política externa dos grandes *players*). Pode-se observar que em um período de cinco anos – 2002 a 2006, por exemplo –, as vendas a nível mundial corresponderam a um aumento de 60% – levando em consideração a necessidade de modernização e reaparelhamento das Forças Armadas de alguns países. No entanto, ainda, percebe-se que esse aumento pode estar diretamente ligado à intensificação de conflitos como do Afeganistão e do Iraque. Mas o que mais chama a atenção, de fato, diz respeito aos números relativos às despesas militares mundiais que corresponderam a cerca de 21%, enquanto que os Estados Unidos gastaram cerca de 32% com suas despesas militares; considerando esse último, como o principal ator do cenário internacional, e seu envolvimento direto e indireto nele (ROLO, 2009).

Ainda, partindo-se da premissa de que os Estados têm seus interesses e objetivos estabelecidos, e que eles utilizam de seus meios internos – força bélica ou influência política – para aumentar suas alianças ou fragilizar seus opositores, tem-se como um dos elementos principais da teoria neorrealista o conceito de balança de poder. Segundo Waltz, a ideia de balança de poder parte da premissa de que os Estados pretendem, no mínimo, se preservarem e, no máximo, dominarem o universo. Atrelada a essa proposta, observa-se que os Estados mais fracos tendem sempre a procurar aliados a fim de evitar a possibilidade de um ataque por parte do Estado mais forte. Essa estratégia também é uma forma de balancear o poder, ou seja, cria-se uma condição de equilíbrio de poder.

Observa-se, portanto, que as nações mudam de forma e de propósito conforme as configurações do cenário internacional se alteram. Alianças são forjadas e quebradas, ajudando assim a explicar as variações resultantes na política internacional. Um bom exemplo dessas complexas relações pode ser percebido no relacionamento entre Estados Unidos e Israel, uma vez que, segundo Mearsheimer e Walt (2006), a proporção e troca de auxílio é desleal dos israelenses para com os cidadãos estadunidenses. E que, conseqüentemente, o apoio americano aos israelenses é prejudicial à política externa e à imagem dos Estados Unidos frente aos demais atores do sistema internacional, mais precisamente ao mundo árabe. Segundo o entendimento desses autores a situação configura-se mais complexa quando se tenta argumentar a favor desse apoio:

Essa extraordinária generosidade talvez fosse compreensível se Israel fosse um ativo estratégico vital ou se houvesse um argumento moral inarredável em favor do apoio dos Estados Unidos. Pode-ser-ia argumentar que Israel era um ativo durante a Guerra Fria. Atuando como substituto dos Estados Unidos depois de 1967, Israel ajudou a conter a expansão soviética na região e infligiu derrotas humilhantes a clientes soviéticos como o Egito e a Síria. Israel também forneceu informações úteis sobre a capacidade militar dos soviéticos. (MEARSHEIMER; WALT, 2006, p. 45).

Nota-se que com a Guerra de Outubro de 1973, Israel tornou-se o país que mais recebeu apoio (assistência direta, econômica e militar) dos Estados Unidos. E que a partir do ano de 1976, o mesmo é o maior receptor dessa ajuda desde a Segunda Guerra Mundial. Esse valor é considerado tão expressivo que corresponde à aproximadamente um quinto do orçamento destinado à ajuda externa. Assim, hoje Israel pode ser considerado um país industrialmente rico e de alto potencial.

Por considerarem que a divisão dos ganhos possíveis mostra-se como uma condição fora de cogitação, ao constatar-se que se pode favorecer mais aos outros atores, tem-se aqui, então, uma primeira forma pela qual a estrutura das relações internacionais inibe ou até limita a cooperação entre os Estados. Outra forma de limitação de uma cooperação no sistema internacional consiste no medo de tornar-se dependente dos demais atores. Ou seja, a estrutura do sistema internacional encoraja certos comportamentos dos Estados e penaliza outros que não correspondem a tal situação, atuando como uma forma constrangedora e disciplinadora. Assim, o sistema internacional tende a mostrar que conforme o posicionamento dos atores dentro de si, essa localização interfere diretamente nas mudanças da estrutura, bem como nos efeitos oriundos dessas alterações.

Retomando ao conceito de balança de poder, segundo Waltz (2002), em determinado contexto a primeira preocupação estatal consiste em garantir sua posição no sistema internacional e não mais em maximizar seu poder. Para ele, os Estados não se balanceiam automaticamente, uma vez que eles podem apresentar o conhecido *bandwagon* ou comportamento de grupo. Em muitas situações a busca pelo interesse coletivo é um elemento que ninguém tem como primeira opção, no entanto, num cenário onde os atores mais fortes e com as maiores capacidades são os que estabelecem as regras de atuação, somente por meio das distribuições das capacidades ou com a imposição de determinados requisitos que as estruturas já dadas podem ser mudadas.

No entanto, essa balança de poder, juntamente com o comportamento em grupo – *bandwagon* – refletem, em determinadas situações, comportamentos contraditórios para os americanos, sob o ponto de vista de seus princípios – como no caso das relações entre Estados

Unidos e Israel. O que se pode observar é que quando o interesse internacional deve ser servido, muitas vezes tem-se como resultante o prejuízo de outros interesses.

Ao pensar no reposicionamento de prioridades, mais especificamente nos assuntos que tangem às questões de segurança, este ganha a cada momento mais atenção. Segundo Waltz (2002), o poder é medido ou traduzido pelas capacidades conjugadas que os Estados têm em seus setores político, econômico e militar. Ainda nesse sentido, o autor mostra que a capacidade econômica tem a mesma importância que a força militar e bélica de um Estado. Retoma-se, aqui, ao exemplo de Israel, pois desde 1976 é o maior receptor da ajuda estadunidense desde a Segunda Guerra Mundial. Assim, hoje Israel pode ser considerado um país industrialmente rico que possui uma renda per capita semelhante a países como a Coreia do Sul e a Espanha. Dentre os vários benefícios que foram concedidos a Israel ao longo do tempo, a autonomia para gastar e distribuir o valor recebido merece destaque. Ainda, 25% é autorizado pelos Estados Unidos para subsidiar a própria indústria de defesa israelense. Quanto aos demais países que também recebem alguma ajuda para propósitos militares, os mesmos devem gastar toda a quantia nos Estados Unidos.

Rolo (2009) destaca que a venda de armas pelas 100 maiores empresas mundiais aumentou consideravelmente – no período de apenas cinco anos, essas vendas a nível mundial, corresponderam a um aumento de 60%, levando em consideração a necessidade de modernização e reaparelhamento das Forças Armadas de alguns países –, segundo o autor, uma possível explicação pode estar na forte centralização dessa atividade (venda e produção de armamento) em escala regional. Assim, nada mais expressivo do que a atuação de um Estado a fim de configurar o sistema internacional conforme sua vontade, bem como a dos demais grupos de interesses. Por isso, Waltz ressalta que

Grandes tarefas podem ser realizadas apenas por agentes de grande capacidade. É por isso que os Estados, e, em especial, os grandes Estados, são chamados para fazer o que é necessário para a sobrevivência do mundo. Mas os estados têm de fazer o que quer que considerem necessário para a sua própria preservação, uma vez que não podem confiar em ninguém para fazer isso por eles. (WALTZ, 2002, p. 155)

É nesse sentido que se pode notar que uma situação de alto risco, interesse próprio ou autoajuda, resulta em um cenário onde existem vários custos organizacionais. E assim, ao considerar-se dentro desse contexto, tem-se que certos riscos podem ser evitados ou minorados (por meio de uma situação onde há uma ação coordenada) através da transformação de uma situação de superioridade e subordinação. Ou seja, tem-se um cenário onde foram criados atores que possuem autoridade efetiva com um sistema de regras.

Num ambiente pautado por regras, a capacidade de atuação e influência do *lobby* ganha destaque pela sua efetividade no direcionamento da Política Externa estadunidense. Usar-se-á o exemplo de atuação do “Lobby de Israel”, proposta por Mearsheimer e Walt (2006), na estrutura política dos EUA, mas é importante destacar que há os mais variados tipos de *lobbies* existentes – *lobby* das armas, do aço, dos sindicatos dos trabalhadores das indústrias têxteis, da agricultura, do tabaco, das indústrias farmacêuticas, etc. –, bem como as suas mais variadas operações básicas. Os *lobbies* atuam de forma semelhante, sempre com seus propósitos e fazendo o que os outros grupos de interesses fazem, porém, com um destaque ao alto grau de eficiência.

Sendo considerado por muitos autores como uma das principais ferramentas para a manipulação da política, o *Lobby*, por meio de suas inúmeras formas de articulação diante de determinadas situações, conseguiu ultrapassar vários limites a fim de alcançar seus objetivos. O que muitas vezes se leva a questionar sobre as bases e os vínculos que sustentam o relacionamento entre dois atores, ao ponto de que um deles disponha-se a deixar de lado (em partes ou até por completo) sua agenda internacional, para atender às necessidades do outro.

Quanto à sua estratégia de atuação, segundo Mearsheimer e Walt (2006), pode-se elencar dois elementos fundamentais, primeiramente, o poder de exercer sua significativa influência por meio de pressões ao Congresso e ao Executivo, e o segundo elemento tenta garantir que o discurso público transmita uma imagem positiva daquele que o Lobby defende. Assim, é por meio da tentativa de tornar Israel uma escolha inteligente que o Lobby se empenha. Sua estratégia acaba focando em controlar e evitar que comentários críticos ganhem uma proporção fora da arena política – considerando-se que se fossem explicitados alguns aspectos da agenda dos EUA e Israel poder-se-ia alterar o pensamento dos cidadãos americanos.

Muito comumente a casa legislativa evita discussões e silencia-se quanto às questões israelenses, tornando Israel um país virtualmente imune a críticas. Esse comportamento estaria ligado ao fato de que alguns membros importantes do congresso seriam sionistas cristãos. Pode-se também elencar nesse quadro a existência de deputados e senadores judeus que trabalham objetivando a garantia de uma política externa estadunidense apoiadora dos interesses de Israel. Além do uso de funcionários dentro do Congresso que tomam decisões (em algumas áreas) pelos senadores (MEARSHEIMER, WALT, 2006).

De acordo com Mearsheimer e Walt (2006), é o próprio *American-Israel Public Affairs Committee* (Aipac) que constitui o núcleo da influência do *Lobby de Israel* no

Congresso. Isso ocorre devido à sua capacidade de compensar os candidatos e os legisladores que dão o apoio necessário à agenda israelense, bem como à capacidade de retaliar quem contestá-la. Ressaltando-se aqui, nesse caso, o papel fundamental que o dinheiro cumpre no processo eleitoral estadunidense. Ainda cabe como responsabilidade do Aipac, a organização de campanhas de redação de cartas e o estímulo aos editores da mídia ao apoio dos candidatos pró-Israel. Como foi o caso das eleições de 1984, onde o Aipac ajudou a derrotar o senador Charles Percy acusando-o de insensibilidade e hostilidade quanto às preocupações daquele momento (relacionadas a Israel).

Assim, pode-se notar que a influência do Aipac estende-se ao fornecimento de informações (antes mesmo de que seja recorrida à Biblioteca do Congresso ou ao Serviço de Pesquisa do Congresso), para escrever os discursos, conseguir co-patrocinadores, fazer pesquisas, elaborar legislação, dar conselhos sobre táticas e afins. Ou seja, o Aipac, pode ser comparado a um agente que tem por função trabalhar para um governo estrangeiro, tendo o poder de colocar uma mordaca sobre o Congresso a fim de calar quem seja contra os planos de Israel. Diante disso, outro aspecto dessa estratégia leva organizações importantes do lobby a se dedicarem a assegurar que opositores de Israel não consigam cargos políticos importantes. Para melhor demonstrar e exemplificar tal situação, Ariel Sharon, então primeiro-ministro de Israel, disse, certa vez: “quando pessoas perguntam como podem ajudar Israel, eu digo a elas: ajudem o Aipac” (MEARSHEIMER; WALT, 2006).

Para a manutenção da estabilidade no sistema internacional, Waltz ressalta que basta a conservação do estado de anarquia, ainda, neste caso a “ordem” ou situação de manutenção da estabilidade será mais facilmente verificada em um sistema bipolar, pois com a existência de dois atores ocorreria o balanceamento de poder ou duopólio.

A condição de duopólio condiz com a possibilidade de barganha. Considera-se, portanto, que na anarquia existente no sistema internacional, muitos dos meios de controle do sistema tornam-se objeto de disputa. Por conseguinte, administrá-lo exige controle de o aparato militar estatal, uma vez que muitos atores que compõem a estrutura do sistema internacional consideram que não se pode confiar seus poderes a terceiros, principalmente os poderes administrativos a uma agência central, exceto no caso de que a mesma seja capaz de proteger os seus interesses.

Levando em consideração que a maioria dos atores presentes no sistema internacional encontra-se em situação de insegurança, mais precisamente quando o termo em questão é a liberdade, algumas instituições ou organizações acabam por cumprir o papel de estabelecer

relações de controle e autoridade frente a assuntos específicos, o que proporciona em certas ocasiões um sentimento de maior segurança em determinados contextos. No tanto, cabe ainda ressaltar que quanto mais expressiva for tal agência, sua ambição para o controle das demais situações tende a aumentar e fortalecer. Contudo, é em contraponto a essa situação de controle que vários atores lutam em prol de objetivos próprios e da não submissão a determinadas regras. Nesse sentido, pode-se verificar o posicionamento de Israel, bem como do seu forte *lobby*, que juntamente com a atuação dos Estados Unidos, ignoraram várias recomendações das Organizações das Nações Unidas (ONU) e já iniciaram várias ações militares contra outros atores do sistema internacional.

Ainda nesse contexto, segundo Waltz (2002), internacionalmente, a força de um Estado é empregada para o bem da sua própria proteção e vantagem. Assim, ao considerar-se que internacionalmente só resultam as relações de força, tem-se então que a guerra posiciona os atores em situações onde aqueles que possuem “razão” em seus argumentos estão em vantagem, uma vez que considera que sua supremacia militar tem a capacidade de impedir o adversário de conseguir prosseguindo com seus interesses e reclamações. Logo, o ator mais fraco nessa relação perceberá que não é vantajoso para si próprio enfrentar seu opositor, embora o mesmo ainda não reconheça a legitimidade de seu inimigo.

Observa-se, portanto, que a política internacional está pautada pelo domínio do poder, e quanto maior for o grau de centralização desse sistema internacional, tem-se mais certamente que as decisões serão oriundas de um grupo cada vez menor e mais predominantemente do topo dessa relação. O que se pode destacar a princípio consiste na percepção de que seja pela força ou não, cada Estado assumirá seu papel dentro do contexto internacional a fim atuar de acordo com seus interesses. Assim, em um sistema internacional competitivo, as relações e os “posicionamentos” são regulados pela racionalidade dos atores mais bem sucedidos e também competitivos. Faz-se importante destacar, então, que nesse cenário não só os Estados competem para a sua sobrevivência. Segundo Waltz, o efeito de uma organização e/ou atores não estatais pode, muitas vezes, predominar sobre os atributos e interações de certos elementos nesse contexto.

Como em muitos casos, o uso da força já é esperado pela maioria dos atores, resultando assim na insegurança dos demais, que, em consequência disso também tendem a estar preparados – retoma-se aqui ao exemplo de Israel e seus vizinhos, que também retrata o que já havia sido citado quanto ao entendimento de Mearsheimer e o realismo ofensivo – para as possíveis agressões. Nas relações internacionais essa situação condiz com a ideia de que a

força não serve somente com último recurso, mas sim, como a opção mais constante. E, presente com essa impossibilidade de uma *ultima ratio* para o uso da força, notam-se as limitações e manipulações que as corporações fazem uso para garantir os seus interesses.

No que tange à instância da política governamental, para muitos analistas, o Estado é o principal protagonista em um cenário onde as corporações possuem “liberdade” para atuar. Isso se justifica devido às facilitações (jurídica, comercial e financeira) que são concebidas desde a instalação até uma modernização mais avançada para as indústrias de defesa. Contudo, no entendimento de Rolo (2009), os responsáveis por todo esse processo são os próprios poderosos grupos econômicos, liderados por empresas que operam quase que em todos os setores da defesa e segurança, uma vez que elas são dotadas de uma infinita variedade de recursos tecnológicos, financeiros e grandes habilidades. Sendo capazes de iniciar, desenvolver, modificar e finalizar vários tipos de armamentos, além de realizarem combinações que se traduzem em produtos que possuem uma elevada margem de diferenciação.

Embora os dados do SIPRI, do ano de 2012, apontem para uma queda com as despesas militares de vários países do mundo – principalmente os Estados Unidos –, esses mesmos dados indicam o aumento de tais gastos para a Rússia. Ou seja, onde se pode observar um governo com viés de menor incentivo às questões bélicas, existem outros, que atuam de forma oposta, e que conseqüentemente, essa atuação poderá culminar em benefícios para as grandes corporações e incentivo para o aumento das despesas militares que visem à preservação contra as possíveis ameaças emergentes.

Ao considerar os tradicionais exemplos de ascensão e queda das grandes hegemonias mundiais, tem-se a possibilidade de problematizar-se sobre como o contexto internacional, como um todo, poderá entender essa busca militar russa. Tal questionamento poder-se-ia resultar então em uma infinidade de debates sobre o tema para os grandes *policy makers*, também ter-se-ia o sentimento de insegurança da comunidade internacional, bem como no aumento das despesas militares para aqueles que se sentem constrangidos. Para tanto, pode-se considerar que no sistema internacional anárquico a expressividade dos atores e sua capacidade de influência é dada por suas capacidades – refere-se aqui principalmente à capacidade bélica – frente aos demais. E, tal anarquia internacional restringe, em sua maioria, a possibilidade de um cenário de cooperação internacional, principalmente devido às questões voltadas aos armamentos e jurisdição de organismos internacionais.

O que se pode notar, em geral, após tais considerações e questionamentos é o fato de que as políticas internacionais, bem como as estruturas políticas – responsáveis pelas características e aspectos voltados ao comportamento estatal frente a alguns padrões já considerados repetitivos e duradouros –, tornam-se esperados e comuns a essa forma de relacionarem-se dentro do sistema internacional. Assim, aborda-se aqui alguns elementos tradicionais da *Realpolitik*, nos quais prioriza-se o interesse do governante em detrimento dos interesses do Estado, e, que o sucesso representa a preservação e o fortalecimento estatal.

Outro aspecto relevante a ser ressaltado quanto a *Realpolitik*, está relacionado ao método que a transforma na indicadora para conduzir a política externa de um Estado. Um dos motivos para tal mérito – condutora da política externa – são os constrangimentos internacionais que embora existam em situação particulares, esses métodos que a *Realpolitik* utiliza, aponta e caracterizam-se duradouros e ainda presentes.

Ao voltar-se ao caráter político das relações internacionais, a ideia da balança de poder (como um dos principais elementos reguladores) dentro do sistema internacional é uma boa explicação de tais métodos e resultados da *Realpolitik*. Assim, a ideia de balança, em determinadas condições, poderia servir de resposta para os questionamentos acerca dos resultados esperados quanto às ações dos Estados. E, é nesse jogo de poder que os atores internacionais (estatais ou não) atuam, buscam diante de suas possibilidades e limitações, formas para alcançar seus objetivos, sejam eles por meio de esforços internos (aumento e desenvolvimento estratégicos de suas capacidades militares e econômicas) ou externos (fortalecimento ou aprimoramento das alianças).

Uma vez que, no contexto internacional, o medo de consequências indesejáveis estimula os atores a atuarem sob determinada condição, essa forma de atuar, resultará na expressiva balança de poder. Ressalta-se aqui a importância de que para vários autores, a balança de poder forma-se na ausência das condições consideradas necessárias no sistema internacional e que a mesma pode ser considerada como o resultado descoordenado de ações estatais, uma vez que ela ressalta os interesses e motivos para tal.

Essas considerações permitem verificar que o comportamento dos Estados, em geral, tende a criar essa balança de poder e que a forma como escolhem se comportar nesse cenário – agrupando-se ou não – está mais voltada às questões estruturais do sistema internacional. Assim, na anarquia sistêmica o resultado de tais situações retoma à ideia de que a segurança constitui o objetivo mais importante, uma vez que o próprio sistema internacional encoraja seus atores ao aumento de seu poder.

Por fim, ao aceitar-se a tradicional ideia de que os Estados comportam-se de forma racional, Waltz ressalta que ao ter tal atitude, os Estados devem levar em consideração o comportamento dos demais atores e, conseqüentemente, a forma de se relacionarem resulta em profundas influências no comportamento das demais unidades desse sistema. Portanto, tem-se que, ao analisar as relações internacionais em termos neorrealistas, a ideia do chamado terceiro eixo, ou seja, retrata uma “foto posição” de determinados elementos em relação aos outros e, conseqüentemente as mudanças substanciais estão diretamente atreladas às distribuições das capacidades entre tais unidades do sistema internacional. Acrescenta-se também o fato de ter-se como uma das características marcantes a possibilidade de existência de elementos imutáveis com o tempo, resultando assim na ideia de estrutura – estáveis, e que a condição para a sua existência desvie da lógica temporal clássica, onde todo e qualquer tipo de fenômeno mundano encontra-se em transformação.

3 OS ESTADOS UNIDOS

“... as balas mudam os governos mais rapidamente do que os votos...” (O Senhor das Armas, 2005)

Este capítulo tem a finalidade de apresentar o ator que será o objeto de nossa análise. A proposta, aqui, não é fazer uma reconstituição histórica da trajetória estadunidense, porém, dar subsídios para o entendimento de como a política externa dos EUA é elaborada e em que está fundamentada. Nesse sentido, os próximos subcapítulos discorrerão sobre a formação do país, o papel institucional do Congresso, as organizações que exercem alguma influência na elaboração da Política Externa do país e uma breve análise da atuação dos presidentes George W. Bush e Barack Obama.

3.1 A Política Externa Americana: um breve histórico sobre as Relações Internacionais dos Estados Unidos

Desde sua fundação como República, em 1776, pode-se observar que os Estados Unidos vêm adaptando suas prioridades, bem como sua política externa de acordo com as variações do sistema internacional. Assim, considera-se que mais do que meras mudanças, a política externa estadunidense caracteriza-se por uma junção de valores, formas tradicionais de comportamento e o sempre presente pragmatismo – no que tange às questões internacionais –; sendo essas características moldadas conforme os desafios que estão por vir. Tais fundamentos que compõem a política externa americana são concretos e claros, uma vez que são os responsáveis pela consolidação de sua atuação internacional. O que também merece destaque acerca de tais valores e do expressivo pragmatismo, é que os mesmos perduram desde o processo de fundação como República, e, o que talvez os façam parecer ora mais, ora menos expressivos, consiste na intensidade com que são utilizados na política externa e na pauta da agenda internacional.

Em um primeiro momento, 1776-1898 (com a modernização e o incremento da economia), pode-se destacar que essa política americana caracterizava-se pelo isolacionismo e unilateralismo, tendo como principais objetivos a construção da nação e o perfil de sua sociedade a fim de atingir suas ambições externas. Notoriamente, a cultura dos Estados

Unidos estava e está completamente baseada em seus valores, sejam eles de caráter republicano (participação popular e representatividade) ou valores liberais. Não aceitando o *status* de colônia e rompendo com a lógica mercantilista, tem-se então a caminhada para a construção de uma potência econômica, com perspectivas para evoluir conseguindo mais autonomia para a sua política externa. Para tanto, os valores internos da nação tornaram-se prioridade e a partir de sua sedimentação iniciou-se a estratégia de abertura de suas portas por meio da ausência de impostos. Também implementou-se o controle dos fluxos financeiros, comerciais e monetários e a realização de uma forte proteção doméstica no país, incluindo uma forte preservação do caráter social. Esses primeiros passos da política externa estadunidense objetivavam a garantia da Paz e Prosperidade, também, a manutenção da estabilidade e segurança, além da promoção e defesa da democracia (PECEQUILO, 2011).

Nesse primeiro momento, também é possível notar a presença de elementos de caráter religioso que constituíam uma das bases e valores que os Estados Unidos pautaram seu desenvolvimento. Assim, Pecequilo (2011) nos lembra de que, o protestantismo reavivou ainda mais alguns valores tradicionais americanos. E, expresso pelo calvinismo, auxiliara na construção dos valores sociais dos Estados Unidos. Desse modo, o “fazer a guerra” com a finalidade de defender seus valores não configurar-se-ia em uma guerra religiosa, pois estaria fundamentado pela religião.

Constrói-se, então, uma história com base nos valores e princípios do “Nascer Livre”, da democracia, da disseminação e proteção à liberdade e do “Destino Manifesto”, todas propagadas através da mídia e jornais. Assim, era possível observar os Estados Unidos atuando com um posicionamento sem vínculo com a Europa e recusando-se em aceitar o modelo do velho continente, considerando-o instável, uma vez que a guerra sempre esteve presente em sua história. Outro aspecto relativo ao posicionamento frente aos europeus diz respeito à separação geográfica estabelecida pelo oceano Atlântico, fato que trazia aos Estados Unidos uma forte sensação de segurança.

Em outro momento (1800-1900), têm-se os Estados Unidos já configurados de forma diferenciada no sistema internacional, para tanto, estabelece a Doutrina Monroe – América para os Americanos –, no ano de 1823. Naquele contexto as prioridades também se alteraram, a ênfase era dada ao expansionismo territorial, e, para tanto, criavam-se políticas com o tema voltado ao pan-americanismo. Notava-se, também, um isolacionismo pragmático, o qual fazia

uso da *Realpolitik*⁵, dentre outras ações e iniciava uma novo embate, qual seja, o “Novo Mundo” *versus* o “Velho Mundo”. Bandeira (2009) considera que no século XIX os Estados Unidos já encontravam-se com seus objetivos, em tese, finalizados e preparado para lançar-se como uma potência hegemônica – que viria a ser futuramente.

Nesse período, a política externa americana estava diretamente atrelado ao processo de elaboração do que se entendia por “interesse nacional” e do embate sobre a relação do mesmo com a política externa dos Estados Unidos. Ou seja, o “interesse nacional” repercutia diretamente na política externa do país. Portanto, em 1912, por exemplo, o embate político entre Willian Howard Taft (independente), Woodrow Wilson (idealista) e Theodore Roosevelt (realista) – todos candidatos à presidência – se referia ao papel americano frente aos demais atores do sistema internacional e como deveria ser pautadas as ações de política interna e externa (DINIZ, 2009), ou seja, “o internacional” já era tema de campanha presidencial. Tendo então ganhado as eleições, Woodrow Wilson desenvolveu seu planejamento político baseado no pensamento idealista, mas não deixando de lado alguns aspectos do realismo.

Embora seja um conceito de fácil compreensão e difícil elaboração, o “interesse nacional” teve sua utilização diretamente atrelada à formulação da política internacional e sob as mais diversas finalidades. Assim Deutsch (*apud* DINIZ, 2009) sintetiza que

[...] pode-se afirmar que o interesse nacional é a base sobre a qual se constrói a ação estatal, por intermédio da iniciativa individual ou da cooperação, com a finalidade de projetar externamente uma imagem positiva e estabelecer condições adequadas para a participação de uma nação no cenário internacional, com o fito de alcançar poder, segurança ou desenvolvimento, expandir sua base de poder. (DEUTSCH *apud* DINIZ, 2009, p. 74).

Portanto, segundo Diniz (2009), a tomada de decisões que se reflete em ações no âmbito internacional é, ela própria, um processo baseado em outro, que é a construção, reconstrução, definição, e redefinição do interesse nacional.

Faz-se necessário destacar que Wilson entendia que o nacionalismo americano seria o fundamento básico para a inserção do país no sistema internacional e, para tanto, precisaria contar com vários grupos de interesses que já se faziam presentes e atuavam naquele cenário. Com isso, privilegiava-se a atuação no comércio exterior como um dos meios de proteção da

⁵ “Realpolitik” – Termo alemão que se refere à política de poder. Enfatiza políticas baseadas nas considerações de poder prático em detrimento das políticas baseadas nas considerações morais e éticas. Deste modo, a *Realpolitik* significa manutenção da segurança do Estado em um ambiente hostil e onde o poder e a política de poder são vistas como o principal objetivo dos líderes (Rafael Ávila – professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação da Uni BH).

economia, atentando-se também às necessidades e interesses dos grupos internos e suas demais relações. Dever-se-ia, ainda, garantir a primazia no sistema internacional, mesmo que fosse necessário reafirmar o papel da política internacional estadunidense (tal exemplo pôde ser observado no Corolário Roosevelt⁶ para a Doutrina Monroe⁷). Com isso, Manzur (*apud* DINIZ, 2009) ressalta que:

O interesse nacional é concebido a partir das percepções dos homens de Estado, mas também das inúmeras expressões da vontade de grupos políticos, econômicos e culturais de um país, que refletem e expõem suas tendências de pensamento por intermédio de diferentes correntes de opinião pública (MANZUR *apud* DINIZ, 2009, p. 75).

É possível constatar que algumas características americanas sempre estiveram evidenciadas para fundamentar a criação e o reconhecimento do Estado, via comunidade internacional, quais sejam, o pragmatismo e o interesse nacional. Foi também por meio de uma mescla entre a continuidade e a mudança, a fim de liderar e preservar internamente sua política externa que esses elementos se adaptaram ao longo dos tempos. E, foi ao observar essas várias necessidades de readequação – nos governos posteriores ao período citado – para a nova ordem do sistema internacional que sua política externa, bem como a sua agenda foram sendo construída ao longo da história.

A atuação dos Estados Unidos no cenário internacional estava diretamente ligada à busca pelo reconhecimento e independência absoluta das potências como Grã-Bretanha e França. Para isso fazia-se necessário uma jurisdição aos Estados Unidos. Como não havia interesse em copiar o modelo europeu, criou-se, então, um modelo onde os poderes foram divididos a fim de que não houvesse nenhuma possibilidade de concentração de poder. Para tanto, o Judiciário e o Executivo possuíam sua expressividade, mas o Congresso, diferentemente, possuía uma autonomia diferenciada. Tinha-se ali, um modelo Federativo valorizado, onde as premissas eram provenientes de pensadores liberais como John Locke,

⁶ O Presidente Theodore Roosevelt (1901-1909) propôs um modelo de política externa que visava reduzir a interferência dos países europeus na América, principalmente o Caribe. Para tanto, complementava a Política do *Big Stick* com intervenções que tinham, prioritariamente, a intenção de preservar os interesses econômicos dos EUA na região. Tanto Venezuela (1902), quanto República Dominicana (1904) foram objetos deste modelo de política. Para mais informações, ver: KIERNAN, V. G. **Estado Unidos, o Novo Imperialismo** – Da Colonização Branca à Hegemonia Mundial. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

⁷ Modelo de política externa proposto pelo presidente James Monroe (1817-1825) que buscava reafirmar o isolacionismo dos EUA com relação à Grã-Bretanha, contudo, não abria mão de preservar sua influência na América. Durante o discurso de Monroe, em 1823, a frase “a América para os americanos” foi consagrada como um libelo à liberdade, no entanto, na prática se configurava em uma ruptura com o modelo colonialista europeu, mas que visava a construção de um novo modelo de atuação. Para mais informações, ver: KIERNAN, V. G. **Estado Unidos, o Novo Imperialismo** – Da Colonização Branca à Hegemonia Mundial. Rio de Janeiro: Editora Record, 2009.

por exemplo. Enfim, tinha-se nesse cenário os Estados Unidos republicano e democrático (PECEQUILO, 2011).

Assim, como instauração uma República Federal Presidencialista, apesar da importância dos Poderes Executivo e Judiciário, o embate político dar-se-ia no Congresso, uma arena destinada, prioritariamente, aos dois partidos majoritários. O partido Republicano foi fundado em 1854 e possui o caráter conservador quanto às questões de política, moral, costumes, dentre outras. Desde sua fundação foi um dos que mais expressivos no contexto político, considerando-se que atuou intensamente durante os anos de 1860 a 1932. Em contrapartida, tem-se o Partido Democrata, fundado em 1792 (partido histórico) e o moderno, no ano de 1828. Suas ações políticas destinam-se às causas e questões de caráter social a fim de que as prioridades dos cidadãos sejam atendidas, atuam também nas questões relacionadas aos direitos humanos, por exemplo.

No que tange ao Poder Legislativo ou o Congresso americano, o mesmo é formado pela Câmara dos Deputados e o Senado, um sistema conhecido como bicameral. Sua história retoma aos anos de 1774, onde o Primeiro Congresso Continental possuía 56 representantes. Após o ano de 1776, juntamente com as transformações decorrentes do sistema internacional, o Congresso sofreu algumas alterações até assumir a atual configuração contemporânea. No entanto, um dos aspectos que merece atenção especial, no que tange à atuação do Congresso americano, diz respeito ao grau de influência que ele pode exercer na elaboração e execução da política externa americana. Considerando-se, ainda, a suscetibilidade deste órgão frente à influência de atores não estatais, como os *Think Thanks* e os mais diversos tipos de *Lobbies*, uma análise mais pormenorizada a fim de entender como o Congresso posiciona-se na elaboração da política externa estadunidense, apresenta-se como necessária e será desenvolvida na sequência.

3.2 O Papel do Congresso Americano quanto à formulação da Política Externa dos Estados Unidos

O Congresso configura-se em uma unidade decisória do governo e possui muita influência e relevância na formulação e nas decisões relativas às políticas interna e externa do país. A relação entre os poderes é um elemento que necessita atenção, haja vista todo processo decisório trazer consigo uma situação complexa que coloca agentes e estruturas existentes em posições distintas, ou seja, algumas vezes são aliados, outras, adversários. Assim, é possível

conceber como partícipes relevantes na formulação da política externa de um país tanto líderes individuais, burocratas, grupos de interesse, coalizões ou mesmo instituições de políticas (ALLISON; ZELIKOW, 1999; MILNER, 1997 *apud* MAGNOTTA, 2014). Pretende-se, assim, ressaltar que em muitos casos, as dificuldades encontradas pelos presidentes em implementar ações de política externa, está diretamente atrelada aos constrangimentos impostos pelo Congresso, bem como pelas amarras institucionais.

Segundo Magnotta (2014), em 1962 o cientista político Arnold Wolfers expôs que “[...] decisões e ações na arena internacional apenas poderiam ser compreendidas, previstas e manipuladas, se os fatores influenciadores das decisões pudessem ser identificados” (p. 123). Partindo desta premissa, pode-se observar que para a política externa americana possui um alto grau de aplicabilidade. Assim, segundo Wolfers, para compreender melhor tal contexto, a política externa estadunidense deve ser analisada por meio de cinco elementos, sendo eles, o ambiente externo, o ambiente societário da nação, o cenário governamental, os papéis desempenhados pelos tomadores de decisão, e, por fim, as características individuais das elites formuladoras da política externa. No entanto, pode-se notar que há opiniões divergentes e Magnotta (2014), ao analisar a perspectiva de Hilman (1967) constata que esse processo decisório já configurar-se-ia de forma distinta.

Esse processo está pautado em ao menos três níveis decisórios, sendo que no primeiro encontra-se a figura do presidente, seus assessores e seus personagens políticos mais específicos. Já em um segundo plano, encontram-se as várias agências e departamentos ligados ao Poder Executivo, e por fim, tem-se o Congresso, os grupos de interesses, opinião pública e mídia de massa, sendo esse último grupo considerado pelo autor como elementos que possuem influência em determinadas situações, mas, de fato, encontram-se bem menos envolvidos no processo de elaboração da política externa. E, em geral, o que pode-se observar, também, é que não existe um consenso quanto ao papel do Congresso no tocante à política externa estadunidense.

Em um âmbito mais interno, destaca-se a complementaridade entre os poderes Legislativo e Executivo que surge do que se conhece como característica política estadunidense, ou seja, um sistema de *checks and balances*, elaborado, segundo Magnotta (2014), pelos Pais Fundadores da nação e presente na Constituição. Nela, o Artigo II determina que cabe ao presidente, enquanto chefe de Poder Executivo, agir como “comandante-em-chefe do Exército e da Marinha”, “diplomata-chefe”, “administrador-chefe”, “chefe de Estado”, “chefe legislador”, “voz do povo” e “oficial-chefe da Justiça”. E para o

Congresso, a Constituição americana dá o direito de estabelecer o orçamento, fazer o controle de taxas e gastos governamentais, formalizar Tratados e Acordos comerciais e declarar guerra. Ou seja, estão constitucionalmente separadas as atribuições referentes a cada Poder, e essa separação resulta em um constante “convite à disputa”.

Nesse sentido, segundo Diniz (*apud* MAGNOTTA, 2014), existem aspectos adicionais que são de suma importância e devem ser observados a fim de se compreender o relacionamento entre os dois poderes e, conseqüentemente, como será pautado todo o processo para a formulação da política externa. Primeiramente, tem-se a capacidade e efetividade do presidente em persuadir, sendo ela considerada como mais relevante e certa para uma tomada de decisão; posteriormente tem-se o “poder individualizado”, também conhecido como posições partidário-eleitorais; o terceiro aspecto condiz com a influência que os líderes temáticos do Legislativo possuem, ressaltando-se que a ação congressista depende de outros elementos. Como quarto aspecto, expressam-se as ligações institucionais, onde se demonstra a efetividade do Legislativo em obstruir as ações do Executivo, e, por último, mas de mesma importância quanto aos demais, tem-se os *issue clusters*, ou grupos informais de tomada de decisão, que ligam-se ao Congresso, Executivo e entidades não governamentais. Assim, pode-se ser compreender que a relação entre os poderes no Congresso baseia-se ora na resistência, na formação de coalizões específicas, na atuação independente, ora em seu extremo mais radical, na rejeição.

Tais considerações feitas anteriormente refletem que, embora o candidato que assuma a presidência dos Estados Unidos tenha representado em sua figura o símbolo do poder e das decisões, o mesmo deve ter apoio dos congressistas para que suas ações de política externa obtenham sucesso. Um bom exemplo para tal situação é o atual presidente americano Barack Obama que em seus quatro primeiros anos na presidência do país sofreu severas críticas acerca de sua incapacidade de execução das ações então propostas. Sua imagem chegou a ser comparada a de um líder fraco, sendo até mesmo visto como “o novo Carter”. Muito de tal situação, deve-se ao fato de que em seus quatro primeiros anos como presidente, Obama conviveu com duas diferentes configurações legislativas – no período de 2009 a 2011, o Congresso era majoritariamente Democrata nas duas instâncias (MAGNOTTA, 2014).

O que pode se observar daquele contexto é que, de certa forma, foi gerada grande expectativa quanto à chegada do novo presidente ao Poder. Esperava-se, então, uma nova forma de relação entre os Poderes e que tal interação se distinguisse da atuação de seus antecessores, no entanto, a situação configurou-se de forma distinta do que se esperava. Após

o episódio onde o presidente propunha uma reforma no sistema de saúde, Obama foi interrompido por um representante que o acusou de mentir, e, a partir deste momento que a difícil relação entre Presidência e Congresso teve início. Concomitantemente, as recusas de pedidos de reunião por parte da Casa Branca se configuravam em rotina, os congressistas não retornavam as ligações do presidente e muitos até abandonaram as questões voltadas às negociações do orçamento (MAGNOTTA, 2014).

Assim, o presidente Barack Obama, segundo Steinhauer (*apud*, MAGNOTTA, 2014), desde o início de seu mandato passou a ser visto como o “inexperiente e apaixonado”, onde o primeiro adjetivo era oriundo do fato de que o presidente ter exercido por pouco tempo o cargo de senador, motivo esse de sua inexperiência, e o segundo – desapaixonado, uma vez que o mesmo não era visto como um defensor da identidade americana e do tão falado “excepcionalismo” preconizado por inúmeros integrantes da casa. Era notável, portanto, a pobre relação entre o presidente e o Capitólio, ressaltando-se que ambas as partes nunca tiveram o interesse efetivo em estreitar esse relacionamento, o que resultara numa expressiva redução das vitórias presidenciais em votos no Congresso, bem como a clara crise no relacionamento entre os poderes.

Ademais, cabe destacar que, quando o tema em destaque condiz com a formulação ou execução da política externa, a disputa institucional torna-se evidente e clara principalmente no que tange às discussões temáticas como a disputa travada sobre o poder de declarar guerra. Para Magnotta (2014), tornou-se o ponto fulcral do desentendimento entre a Casa Branca e o Congresso, a tentativa do presidente em tomar decisões de forma independente (aproveitando-se das ambiguidades da Constituição americana), excluindo assim a participação do Congresso, como por exemplo, no engajamento no conflito da Líbia, em 2011. Quanto à forma de lidar com o auxílio externo, essa disputa tem-se como exemplo o não recebimento de uma ajuda externa prometida pelo presidente ao Egito a fim de que fossem aliviadas suas dívidas durante um processo de mudanças políticas. Agregou-se, também, como fator negativo, a redução da presença militar americana em vários países e o descumprimento de cooperações já antes estabelecidas.

No que tange aos Tratados e Acordos, essa redução também pode ser sentida por meio da comparação com seu antecessor, George W. Bush. No governo Obama cerca de noventa tratados tiveram a aprovação do Congresso. Quanto à mobilização do orçamento, Magnotta (2014) afirma que o fechamento de Guantánamo, foi enviada, pelo presidente, uma ordem executiva solicitando o encerramento das atividades da prisão (Março de 2011), no entanto, os

legisladores optaram pela proibição do uso do orçamento com os presos. E, ao associar tal projeto do presidente ao aumento dos gastos governamentais, os congressistas tornaram crítico o veto presidencial dessa lei. Por último há as questões relacionadas aos direitos humanos, onde também é notória a redução de recursos direcionados aos países africanos, bem como à Síria.

Assim, além dos elementos citados anteriormente, o presidente Barack Obama também encontrou várias dificuldades e críticas em assuntos como a reforma nas leis da imigração, leis sobre o aquecimento global, os planos de constituir um melhor relacionamento entre Estados Unidos e Rússia, ao processo de negociação de paz entre israelenses e palestinos, e, até mesmo quanto ao orçamento direcionado às questões de Defesa.

Em suma, é condizente afirmar que existem divergências políticas resultantes de uma competição institucional (Presidência *versus* Congressistas) e que elas são pautadas por um relacionamento baseado nas várias tentativas de ações independentes. E, diante dessa falta de decisões coerentes, nota-se a opção por decisões mais persuasivas e apropriadas aos seus interesses, ao invés do cumprimento do verdadeiro papel institucional que é proporcionar suporte necessário às decisões da política externa americana.

No entanto, é fato que muitas dessas “incompatibilidades” entre os congressistas e a Casa Branca advêm de um terceiro elemento que possui força e expressividade para atuar nesse contexto. Destacam-se aqui os atores não estatais, tais como, as grandes corporações ou *prime contractors* que, por meio do *Lobby* e dos *Think Tanks*, buscam seus objetivos. Assim, no intuito de entender melhor como são estruturadas tais ferramentas, nos próximos subcapítulos, analisar-se-á um pouco mais sobre cada uma delas, bem como se dá sua atuação na política americana.

3.3 As Grandes Corporações e seu Papel na Formulação da Política Externa dos Estados Unidos

Para que possamos entender melhor o papel das Corporações no processo de elaboração da Política Externa estadunidense será necessário discorrer acerca da participação de alguns atores não estatais que fazem parte no rol de “ferramentas” utilizado para influir neste processo. Desse modo, primeiramente analisaremos os *think tanks* e, na sequência, o âmbito de atuação dos *lobbies*.

3.3.1 O Papel dos *Think Tanks*

Segundo Arendt, (*apud* SILVA, 2007), a dúvida que surge ao lidar com essas estruturas invisíveis, consiste no fato de que essas categorias não de todo palpáveis, que são as *ideias*, se tornam “padrões constantes e ‘absolutos’ para o comportamento e o juízo moral e político”. A maneira de atuar dos *think tanks* os transformam em catalisadores de ideias, ou seja, parece existir uma verdade racionalmente fabricada a partir de crenças e pressupostos verdadeiros ou não. Ademais, esses *think tanks* têm suas ações legitimadas pela Ciência, solidificada pelos jogos de poder e apropriada pelos governos. Para tanto, Foucault, (*apud* SILVA, 2007) contribui dizendo

[...] para quem a verdade está centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem, e se trata de um “conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados”, ou ainda, “o conjunto de regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”. (SILVA, 2007, p. 40).

Assim, as ações e a atuação dos *think tanks* podem ser vistas como um elemento de credibilidade, uma vez que o poder seja mantido e aceito. Outro aspecto relevante, segundo Silva (2007), está no fato de que esse poder não atua apenas como uma forma de coagir, mas no intuito transpassar confiabilidade, “formar saber” e produzir um discurso.

Contudo, segundo a autora, acredita-se que o maior risco gerado pela atuação dos *think tanks* diz respeito à ausência de verdades universais e da obnubilação dos fatos. Além, evidentemente, da privação do espírito crítico, questionador e transformador.

Essa também é a opinião de Smith (1991) e Coser (1997), que veem o intelectual independente como uma minoria nos Estados Unidos, sobretudo pela dificuldade de compatibilizar sua autonomia de pensamento e capacidade de abstração com uma participação no poder. Esta pode levá-lo ao *sacrificium intellectus*, caso decida permanecer no poder por um longo período, sendo absorvido pelo sistema e se tornando um burocrata engessado pelas estruturas, procedimentos, prazos, rotinas e orçamentos, ou seja, toda sorte de contingências. (SILVA, 2007, p. 41)

De forma inicial, pode-se dizer que tanto os *think tanks*, quanto seus intelectuais atuam objetivando legitimar ou deslegitimar a ação estatal. Segundo Silva (2007), o opaco caráter dominador do discurso facilita sua aceitação e absorção (interna e externa). Ainda nesse sentido, tem-se como exemplo as primeiras justificativas do presidente George W. Bush para a invasão do Iraque em março de 2003, pautando-se no discurso da existência de armas de

destruição em massa, bem como na ligação entre Saddam Hussein e o grupo terrorista Al-Qaeda. No entanto, o que se constatou com o passar do tempo foi que essas motivações eram falsas e acabaram sendo esvaziadas e desmentidas.

Silva (2007) contribui ressaltando que a influência exercida pelas ideias não compete somente aos *think tanks*, também são oriundas dos intelectuais e dos grupos de interesses (lobistas, sindicatos, consumidores, etc.) e, essa atuação não se caracteriza de forma unilateral nos governos. Chamado de *interplay*, essa influência recíproca objetiva legitimar as políticas.

Segundo Smith (1971) (*apud* SILVA, 2007) os primeiros *think tanks* tinham um direcionamento mais específicos para a área das exatas (engenharia, química, física), no entanto, com o decorrer do tempo, segundo a autora, os *think tanks* romperam as barreiras disciplinares. Após os atentados de 11 de setembro, nota-se que a atuação deles destinou-se às questões de segurança, e, em termos geográficos, o Oriente Médio passou a ser um dos focos principais.

Em resumo, com a demanda por rápidos resultados, maior agilidade na transferência de informação e necessidade de ênfase nas estratégias de marketing, os *think tanks* foram pensados, criados e ainda conseguiram se modificar conforme a conjuntura exigia. Oriundos da necessidade de reformulação e nova reconfiguração do Sistema Internacional, os *think tanks* tiveram de passar por um processo de diversificação de suas bases. Assim, tornaram-se cada vez mais globalizados e houve uma crescente expansão de seu raio de atuação para além das fronteiras nacionais, ou seja, passaram a atuar na forma de redes.

Após essas breves considerações, no que tange a algumas questões mais específicas, Ronald D. Asmus⁸ expõe que houve vários momentos da política externa americana em que os *think tanks* causaram um impacto decisivo, uma vez que foram os responsáveis pela alteração da visão de mundo que era adotada, bem como pela definição de um novo caminho estratégico, mais especificamente com a criação e o desenvolvimento de uma base de apoio para os Estados Unidos. Segundo Asmus, os eventos reais ocorriam de forma mais rápida do que os formuladores de políticas eram capazes de pensar e agir, assim, o cenário configurava-se com vários *policy makers* debatendo para tomar suas decisões. A partir de então, com a atuação dos *think tanks* na tomada de decisões, o resultado foi a ocorrência de mudanças de mais longo alcance na estratégia dos Estados Unidos em sua atuação externa.

⁸ Membro transatlântico sênior do German Marshall Fund dos Estados Unidos e membro adjunto sênior do Conselho de Relações Exteriores.

Assim, é possível elencar momentos em que os *think tanks* desempenharam papel diferenciado para a política externa. A começar pela década de 1990, quando a demanda por novas ideias configurava-se no elemento fundamental, uma vez que a maioria dos governos não se encontrava equipado de forma satisfatória para tomar decisões. E, desse modo, lidar com mudanças radicais ou apresentar um novo paradigma intelectual era algo complicado para quem se encontram no governo. Ou seja, estar fora dessa estrutura se configurava em vantagem e maior facilidade para pensar de maneira mais ampla e trazer novas ideias.

Com isso, alguns *think tanks* souberam como aproveitar o momento propício e contribuir com dados e informações diferenciadas, o que era entendido pelo governo como um diferencial. A atuação da RAND Corporation⁹ é um exemplo de um *think tank* bem sucedido, no que tange as questões sobre a expansão da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

No entanto, outro diferencial desses novos grupos que foram bem sucedidos, consistiu no fato de que eles foram além do que se esperava, deram um passo a mais e mantiveram-se objetivos e bem analíticos quanto aos seus propósitos. Sendo assim, conseguiam fornecer aos *policy makers* uma estrutura e uma forma de análise para cada situação, bem como um arcabouço completo com inúmeras opções de prós e contras. Também eram fornecidos, naquele momento, uma série de resumos analíticos. Podia-se notar, então, um grupo que encarava seu papel como o de auxiliar para o entendimento de certas questões, ou seja, mostrar as opções e as concessões a serem realizadas, além de proporcionar condições para que os tomadores de decisões agissem com base no maior número de informações possíveis.

Como resultado dessa nova configuração, os *think tanks*, na realidade, ainda por parte de muitos, eram considerados uma parte informal da estrutura, porém bem presente no cenário de debates do governo americano. Podia-se observar, então, o papel deles como os principais responsáveis pelas mudanças de reflexão sobre a nova situação, assim, eles continuavam sendo importantes principalmente no que tange aos debates mais amplos e na elaboração das novas políticas.

Nesse sentido, ao constatar-se que, com todo o sistema internacional globalizado, com as questões diplomáticas mais rápidas (frente às capacidades dos governos) e uma evidente redução no longo prazo exigido para atuação dos Estados em vários momentos, os *think tanks* proporcionavam ao contexto a resposta mais tangível naquele momento. Essa

⁹ RAND Corporation – ver mais detalhes em: <http://www.rand.org/>

característica ganhava relevância conforme as necessidades operacionais diárias ganhavam mais espaço e impediam os pensamentos intelectuais efetivos de longo prazo. Considera-se, portanto, que a chave para o sucesso dos *think tanks* encontraram-se na aparente qualidade de seu trabalho, na capacidade de atender as tais necessidades e na elaboração de recomendações práticas de políticas.

Outro exemplo prático referente à atuação dos *think tanks* está relacionado à implantação do sistema de defesa contra mísseis, assunto de maior preocupação da Heritage Foundation¹⁰. Segundo Baker Spring¹¹, seu principal objetivo consistia na educação dos formuladores de políticas sobre a necessidade de que o sistema contra mísseis fosse implantado. Para conseguir seus objetivos, o principal meio foi a publicação de estudos sucintos, conhecidos por *backgrounders* (históricos) e *executive memoranda* (memorandos executivos), sobre os assuntos relacionados à defesa contra mísseis. A Heritage Foundation atuava (e ainda atua) por meios desses estudos que proporcionavam aos formuladores de política o rápido acesso a informações essenciais sobre o assunto. Ainda, proporcionava o fornecimento de informativos públicos e privados, o envio de testemunhos para audiências legislativas, o fornecimento de boletins para a imprensa, bem como o patrocínio de uma infinidade de seminário, palestras e eventos relacionados ao tema.

Segundo Baker Spring, o interesse da Heritage Foundation estava centrado na questão sobre o controle de armas e na implantação do sistema de defesa contra mísseis. Esse interesse pelas opções tecnológicas levou a instituição a formar sua Comissão sobre Defesa Contra Mísseis, em 1995, composta pelos maiores especialistas na área. Embora o Congresso americano se mostrasse receptivo às propostas da comissão, a administração Clinton não compartilhava dos mesmos pontos de vista.

Destarte, o papel da Heritage Foundation consistiu em remodelar as políticas públicas, educando os membros congressistas e outros *policy makers* a partir de perspectiva própria. Contudo, Baker Spring aponta que o motivo do sucesso da Heritage Foundation é oriundo da qualidade de suas propostas para a solução dos problemas políticos.

Ainda, embora no início da década de 1980 vários *think tanks* tenham sido criados a partir de acontecimentos singulares relacionados às significativas alterações no cenário internacional – muitas de caráter mais conservador e a Heritage Foundation é um bom

¹⁰ Heritage Foundation é uma organização não partidária de pesquisa de políticas públicas, fundada no ano de 1973 e tem sede em Washington. Para mais detalhes, ver <http://www.heritage.org/>.

¹¹ Membro pesquisador F. M. Kirby em Políticas de Segurança Nacional na Heritage Foundation.

exemplo, pois se configura em um símbolo do rompimento ideológico com as conhecidas políticas do “New Deal” –, fundamentalmente devem ser entendidas como organizações com Agenda própria. Por outro lado, isso não as exime das severas críticas advindas dos novos atores não-governamentais que ganharam mais espaço no Sistema Internacional, tais como as ONGs.

3.3.2 O Papel dos *Lobbies*

No intuito de apresentar outro exemplo de como as grandes corporações conseguem influir diretamente na elaboração da política externa dos Estados (mais especificamente, dos Estados Unidos), adotar-se-á, como exemplo, o caso do “Lobby de Israel”. Segundo John Mearsheimer e Stephen Walt – no artigo “O Lobby de Israel”¹², e posterior livro¹³ –, esse mesmo *lobby* foi o responsável, inúmeras vezes, por desviar ou até mesmo alterar as ações da política externa estadunidense para com os demais países do Sistema Internacional. O *lobby* também teria conseguido convencer muitos americanos que tanto os interesses israelenses quanto os estadunidenses seriam os mesmos. Merece destaque a influência do *lobby* na elaboração de políticas específicas e mesmo no apoio moral, diplomático e material que Israel recebe dos Estados Unidos.

Pode-se observar, também, que os *lobbies*, juntamente com organizações que atuam nesse cenário, estão em constante preocupação a fim de evitar que debates sobre determinadas questões que não são convenientes a si próprios se tornem abertos. Assim, os debates que ocorrem na mídia são conduzidos por especialistas onde nem se cogita questionar as ações israelenses, e, para desestimular ainda mais esses possíveis discursos e relatórios desfavoráveis, o “*Lobby de Israel*” trabalha organizando campanhas de redação, manifestações e boicotes, além de pressionar certas instituições políticas.

Segundo Mearsheimer e Walt (2006), o lado israelense também domina os *think tanks*, um importantíssimo aliado na formulação da política externa e opinião pública. E é nesse contexto que, a fim de maximizar seus objetivos, no ano de 1985, Martin Indyk ajudou o

¹² John Mearsheimer e Stephen Walt – no artigo “O Lobby de Israel” – Artigo publicado na *London Review of Books* em 23 de março de 2006.

¹³ MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. **The Israel Lobby and US Foreign Policy**. Londres: Penguin Books, 2007.

“*Lobby israelense*” a fundar seu próprio *think tank*, que ficou conhecido com o *Winep*.¹⁴ Uma organização dirigida e financiada por pessoas que estão completamente envolvidas com a promoção da agenda israelense no cenário internacional. O *Winep* é dirigido por líderes considerados “linha-dura” que apoiam o processo de políticas expansionistas e não se interessam pelos processos de negociação pela paz.

Além do *Winep*, outros *lobbies* atuam em Washington no intuito de defender as mais diversas causas. Como exemplo, podemos citar: a *American-Israel Public Affairs Committee*¹⁵ - Aipac; a *Conference of Presidents of Major Jewish Organizations*¹⁶; *American Association of Retired People*¹⁷; a *National Rifle Association*¹⁸; dentre outros.

Observa-se, então, que os judeus americanos implantaram uma estrutura de organizações que visa atender seus objetivos políticos. Para tanto, tem-se presente nesse poderoso grupo de *lobbies*, ex-líderes cristãos evangélicos da Câmara dos Deputados – como, por exemplo, Gary Bauer, Jerry Falwell, Ralph Reed, Dick Armey, Tom DeLay, dentre outros que apoiam as políticas voltadas ao expansionismo israelense, uma vez que acreditam que o renascimento de Israel é o cumprimento de uma profecia bíblica –, ex-secretários de educação (Jeane Kirkpatrick, por exemplo), ex-editores de jornais e periódicos importantes (William Bennett do Wall Street Journal), dentre outras personalidades que já possuem certa experiência quanto ao funcionamento e estrutura do Congresso americano e outras instituições estratégicas. Para isso, Mearsheimer e Walt corroboram enfatizando que

A forma de governo dos Estados Unidos oferece aos ativistas muitas maneiras de influenciar o processo político. Grupos de interesses podem pressionar deputados eleitos e membros do Executivo, fazer doações para campanha, votar nas eleições, tentar moldar a opinião pública e etc. Eles dispõem de um grau exagerado de influência quando estão comprometidos com uma questão à qual o grosso da população é indiferente. Os responsáveis pelas decisões políticas tendem a contentar aqueles que se importam com a questão, mesmo que o número deles seja pequeno, confiando em que o resto da população não vai penalizá-los por agirem assim. (MEARSHEIMER E WALT, 2006, p. 51).

Ou seja, diante de tais favorecimentos, torna-se mais fácil a participação e a influência que o *lobby* adquire. No entanto, faz-se ainda necessário salientar que, em suas operações básicas, os vários tipos de *lobbies* existentes (*lobby* do aço, dos sindicatos dos trabalhadores

¹⁴ Winep – Washington Institute for Near East Policy, criado no ano de 1985 com sua sede em Washington D.C (Ver mais detalhes em <http://www.washingtoninstitute.org/>).

¹⁵ American-Israel Public Affairs Committee – Aipac. Ver mais detalhes em <http://www.aipac.org/>.

¹⁶ Conference of Presidents of Major Jewish Organizations. Para mais detalhes, acessar: <http://www.conferenceofpresidents.org/>

¹⁷ American Association of Retired People. Para mais detalhes, acessar: <http://www.aarp.org/>

¹⁸ National Rifle Association (Ver mais detalhes em <http://home.nra.org/>)

das indústrias têxteis, da agricultura, etc.) atuam de forma semelhante aos demais grupos de interesses, porém, destacando-se pelo alto grau de eficácia.

Contudo, é no ambiente acadêmico onde se nota a maior dificuldade de inserção do *lobby*. Mesmo utilizando-se de estratégias como de monitoramento de professores e intelectuais, criação e subsídios de grupos de estudos e sites para denúncias, tal ambiente caracteriza-se como o maior empecilho para sua atuação, e talvez um dos únicos onde as grandes corporações por meio de *think tanks*, *lobbies* e outros grupos de influências ainda não conseguiram seus objetivos mais específicos. Assim, para melhor compreender a dinâmica desse cenário faz-se necessário entender como as grandes corporações se posicionam nesse contexto.

3.4 O Governo Bush e a Perspectiva Neoconservadora da Política Externa dos Estados Unidos

Partindo dos pressupostos trazidos nos capítulos anteriores, cabe, a partir de agora, expor como cada governo se relacionou com os atores citados para a promoção da política externa. Para tanto, analisaremos o governo do presidente George W. Bush que, por meio da Doutrina Bush, trouxe uma configuração específica para o sistema internacional.

Segundo Pecequillo (2011), mais do que pela mudança, a política externa americana caracteriza-se pelo acúmulo de tradições de comportamento internacional oriundos do século XVIII, sendo adaptados e readequados conforme surgem os desafios a serem enfrentados pelo país. Com a eleição de presidente Bush, no ano de 2000, o cenário interno e externo para os americanos demonstrava forte turbulências e, ao mesmo tempo, era percebido como propício para o crescimento e expansão – ao considerar que já não existia mais um “inimigo comunista”.

No entanto, a maior vulnerabilidade dos americanos estava no setor energético que, por sua vez, é o responsável pelo crescimento econômico e objeto de interesse das grandes corporações. Conscientes dessa questão, e sabendo que o setor energético apresenta-se como de grande interesse para outras potências, como a China, as nações que compõem a União Europeia e o Japão, além dos americanos, entenderam a necessidade de aumentar a presença nas regiões do Oriente Médio e Eurásia.

Ademais, apresentando Agendas interna e externa repletas de mudanças, o presidente Bush propôs para as questões internas uma recuperação da “moral da América”, pois, de acordo com seu entendimento, teria sido desvirtuada pelos “excessos liberais”. Prometia, também, a tomada de medidas enérgicas para as questões das minorias e imigrantes ilegais. No entanto, as questões mais polêmicas, tais como homossexualismo e aborto, por exemplo, eram evitadas (PECEQUILO, 2011).

Para o ambiente externo, o governo Bush denominou sua atuação de Internacionalismo Diferenciado (Construção da Ordem ou Isolacionismo/Unilateralismo). Embora a situação se configurasse como a ausência de potências que pudessem desafiar a capacidade americana, os instrumentos pretendidos a serem usados para a atuação da política externa demonstravam um padrão de interferência e intervenção nos demais atores. Essa forma de atuar ia desde o apoio a rebeldes/insurgentes, até o uso efetivo de operações militares (PECEQUILO, 2011).

Nesse mesmo contexto, a guerra assimétrica, ou guerra entre atores de categorias distintas, também foi um dos elementos do governo Bush. O que é interessante ressaltar quanto a esse último, condiz com o fato de que, tradicionalmente, as guerras são feitas entre os Estados, no entanto, naquele contexto, havia um cenário onde era possível identificar grupos terroristas, Estados e atores não estatais fazendo guerra. Assim, tem-se o questionamento sobre a quem a guerra seria interessante, uma vez que todos os atores que compõem esse sistema objetivam defender seus direitos e/ou ideais. E o mais importante, como tratá-la juridicamente? Trata-se, aqui, sobre guerrear com atores que não se enquadram nas tradicionais formas de atuação ou possíveis mesas de negociação.

Assim, quanto ao questionamento feito no parágrafo acima, tem-se ainda algumas considerações a serem feitas. Primeiro, tem-se o fato de que Bush possuía uma equipe coesa, unida, experiente e fiel – muitos já tinham trabalhado na equipe de seu pai quando fora presidente. Ele também atuou tendo o controle do Legislativo e apoio da maioria dos governos estaduais, com isso, conseguiu maior ativismo na apresentação de leis e projetos. Outro aspecto que merece destaque é o fato de que seu novo gabinete mantinha uma forte ligação com o setor energético e o complexo industrial militar. Com isso, o fato de a própria família de Bush, bem como a de seu vice-presidente, Dick Cheney, estarem ligados a grandes empresas (energéticas, petrolíferas e militares), suscita dúvidas ou corrobora para o entendimento proposto de comunhão de interesses. Desse modo, constata-se que o poder que as grandes corporações têm de influenciar diretamente na política externa americana torna-se

uma questão ainda mais premente. Para melhor exemplificar essa situação, Pecequilo (2011) contribui com outro exemplo sobre tais influências:

Donald Rumsfeld, secretário de Defesa, foi membro dos governos Nixon e Ford, atuando como assessor especial em Reagan e Bush pai e, no período Clinton, controlava uma consultoria independente no setor de Defesa. Essa consultoria tinha como objetivo demonstrar as falhas na reestruturação das Forças Armadas e recomendar políticas que melhorassem a segurança, com prioridade máxima ao escudo antimísseis, deixado de lado na presidência democrata. A assessora de Segurança Nacional, Condoleezza Rice, especialista em assuntos do Leste Europeu e Rússia, participou do governo Bush pai e também de empresas de exploração de petróleo. (PECEQUILO, 2011, p. 370-371)

É possível observar, portanto, que a maioria das pessoas que trabalhava para o governo Bush possuía alguma ligação com grandes empresas, o que, em tese, facilitaria a inserção das mesmas. Collin Powel, secretário de Estado, no entanto, era o único considerado com inclinação mais moderada e que não compartilhava totalmente das ideias dos demais.

Houve, ainda, naquele cenário, uma iniciativa por parte do governo Bush de confrontação com alguns de seus aliados através da adoção de um posicionamento unilateral quanto a temas específicos e acordos internacionais. Também, frente ao distanciamento da questão Palestina/Israel, rejeição do Protocolo de Kyoto e o caso do avião-espião¹⁹, que resultou em uma situação delicada entre EUA e China.

No entanto, o que caracterizou o governo George W. Bush foi a ocorrência dos atentados de 11 de Setembro de 2001, ocasião em que quatro aviões de passageiros foram sequestrados por terroristas e levados a atingir os símbolos tradicionais do poder americano, resultando na morte de milhares de pessoas. Embora os Estados Unidos fossem considerados “intocáveis” – devido a sua posição geoestratégica e por terem passado por alguns conflitos de grandes dimensões e saído sem maiores danos –, uma organização considerada terrorista – Al-Qaeda – abalou todo o sistema internacional ao protagonizar tal ação. E, acima de tudo, tal acontecimento desconstruiu a ideia de uma segurança global formada por muitos atores.

Diante desse fato, o governo demonstrou-se despreparado para uma retaliação imediata, mesmo evidenciando o oposto e fazendo a óbvia declaração de guerra. Foi somente após alguns dias que as respostas começaram a surgir. O que pode-se notar é que os ataques

¹⁹ Devido a um choque entre um avião de uso para espionagem americano com jatos de patrulha chineses, ocorreu a morte de um dos pilotos chineses. Esse incidente se deu durante o governo Bush, mais precisamente, em abril de 2001, e resultou em uma situação diplomática delicada que envolveu o mais alto escalão dos dois governos para sua solução.

foram uma resposta à atuação estadunidenses no mundo, não só do governo Bush, mas de outros governos que atuaram de forma opressiva.

Assim, após atuar por meio de uma aliança nacional e de identificação dos culpados, o governo Bush iniciou a construção de uma coalizção global contra o terrorismo internacional (PECEQUILO, 2011). Nesse contexto político, a popularidade do então presidente assumiu altos índices de aprovações (acima de 80%), contudo, o cenário internacional se estruturava através de medidas fundamentadas na Lei Antiterrorismo, a qual Cunha (2009) considera que

É sustentável afirmar que a estrutura de combate ao terrorismo internacional atingiu, após o 11 de Setembro, níveis de institucionalização, cooperação e consentimento que permitem sua classificação como um regime internacional. Apesar da inexistência de uma definição unânime de terrorismo, os documentos internacionais antiterroristas, sobretudo aqueles nas Nações Unidas, são percebidos como sistema coerente que constitui verdadeiro código de conduta na matéria. (CUNHA, 2009, p. 26)

E, como uma resposta mais rápida e expressiva a essa questão tem-se a criação do Comitê Contra o Terrorismo com o Contributo do Conselho de Segurança para a luta contra o Terrorismo que decidiu:

A resposta do Conselho de Segurança das Nações Unidas ao 11 de Setembro foi rápida, unânime e sem precedentes. Após ter condenado de imediato os ataques terroristas em Nova Iorque, na Pensilvânia e em Washington [resolução 1368 (2001)], o Conselho de Segurança aprovou a resolução 1373 (2001) que, nos termos do Capítulo VII da Carta, obriga todos os Estados Membros a adotarem medidas concretas para combater o terrorismo. A fim de acompanhar a atuação dos Estados Membro no que se refere a reforçar a capacidade mundial de combate ao terrorismo, a resolução 1373, criou o Comitê contra o Terrorismo (conhecido pela sigla CTC), composto pelos 15 membros do Conselho. O Representante Permanente do Reino Unido junto as Nações Unidas, Sir Jeremy Greenstock, foi eleito Presidente do CTC por um período inicial de 12 meses, O CTC apresenta regularmente relatórios ao Conselho de Segurança.²⁰

Assim, além desse comitê, diversas outras agências e departamentos foram criados objetivando encontrar os culpados pelos atentados. Após várias hipóteses terem sido descartadas, as investigações centraram-se, segundo Pecequilo (2011), em Osama Bin Laden, líder da Al-Qaeda. Faz-se necessário ressaltar que em um primeiro momento essas investigações sobre a Al-Qaeda não receberam prioridade máxima, e, somente tornaram-se relevantes – no mesmo patamar de prioridades que o programa de armas de destruição em massa (ADM)s do Iraque – porque, na concepção do governo americano Al-Qaeda e Saddam

²⁰ Fonte: Produzido pela Missão Permanente do Reino Unido junto das Nações Unidas e distribuído com a ajuda do Departamento de Informação Pública das Nações Unidas. Para mais detalhes, acessar: <http://www.unric.org/html/portuguese/peace/terrorismo/20030119Comite.pdf>

Hussein teriam atuado juntos. Embora naquele momento nada comprovasse a ligação entre os dois, a simples possibilidade dessa suposta relação foi de fundamental importância para o apoio interno.

Após esse primeiro momento pós-atentados e, objetivando a volta à normalidade, a manutenção e a expansão da coalizão contra o terrorismo, os americanos iniciaram “sua batalha”. Inicialmente denominada Justiça Infinita, essa operação foi rebatizada com o nome de Liberdade Duradoura e propunha a destruição da organização terrorista Al-Qaeda, juntamente com o regime Talibã, bem como a eliminação do terrorismo em escala mundial. Pautando-se por estas propostas, contou com o amplo apoio de grande parte da comunidade internacional e de forças políticas internas estadunidenses.

Em resumo, a Guerra no Afeganistão (2001), que objetivava exterminar os terroristas e era vista como uma missão dos americanos – retoma-se, aqui, a uma espécie de reedição do Destino Manifesto –, também se sustentava nos ideais de liberdade e na sua disseminação pelo “mundo oprimido”. Na prática, observa-se que o combate às organizações terroristas serviu como justificativa para sublimar a expansão (hegemônica e militar) dos EUA no Sistema Internacional. Atrelado a isso, o discurso de segurança nacional ganhou prioridade total. Em uma análise mais crítica quanto à situação, observa-se que havia uma íntima ligação entre empresas privadas e o setor público, uma vez que teria havido o favorecimento de empresas do setor de defesa e energia, além de outras de setores próximos. E, nesse contexto, as prioridades do governo estariam sendo pautadas de acordo com a necessidade dessas grandes corporações, ou seja, houve a expansão dos gastos militares e a projeção das Forças Armadas para atuarem em regiões geoestratégicas ricas em petróleo (PECEQUILO, 2011).

Não muito diferente da Guerra do Afeganistão (2001), a Guerra do Iraque (2003) teve seu início por meio de uma nova estratégia estadunidense, ou seja, deixou a Contenção e adotou a Prevenção. Nascia-se, então, a “Doutrina Bush”. E, como primeiro elemento característico deste modelo de governo, em janeiro de 2002 o presidente Bush lançou o termo “Eixo do Mal” referindo-se aos Estados identificados como uma ameaça à segurança. Ressalta-se, ainda, que segundo o presidente, esses atores desenvolviam projetos de hegemonia regional, ADMs, além de promoverem o terrorismo internacional. Inicialmente Irã, Iraque e Coréia do Norte foram listados como exemplos, posteriormente entraram nessa categoria países como Líbia, Síria e Cuba.

Assim, no ano de 2002, segundo Pecequilo (2011), por meio do discurso de que “o único caminho para a paz e a segurança é o caminho da ação” foi lançada e apresentada a

nova Estratégia de Segurança Nacional pela Doutrina Bush. É possível perceber que o “cenário” das estratégias apresentava, de forma simples e objetiva, quem seriam os amigos e os inimigos e, nesse sentido, pautando-se em argumentos de que os americanos deveriam estar preparados para uma reação imediata, os conceitos de prevenção e preempção – *preventive and preemptive action* – ganham destaque no vocabulário internacional. (PECEQUILO, 2011).

A prevenção, nesse cenário, ocorreria por meio do apoio e da cooperação internacional entre os Estados e as organizações internacionais. Para que tal feito viesse a se concretizar, os Estados Unidos respaldaram-se do direito de investir na superioridade incondicional das Forças Armadas, de terem à sua disposição todos os meios necessários e até cogitaram a possibilidade do uso de armamentos nucleares. Daí o motivo para o aumento, no nível mundial, da compra e venda de armas no pós-atentados (PECEQUILO, 2011).

No que tange às questões do uso de armas nucleares, cabe destacar que os americanos pautaram-se no discurso de que o uso dessas armas ocorria contra qualquer inimigo, sendo ele detentor, ou não, dos mesmos meios. Argumentação essa que entrava em desacordo com alguns termos firmados no âmbito jurídico da não-proliferação de tais armamentos. Seguindo essa mesma lógica do uso da força – contra qualquer inimigo, seja no âmbito dos Acordos e Tratados internacionais, na economia, nos direitos humanos, dentre outros –, tudo que representasse perigo aos Estados Unidos seria desconsiderado e prontamente atacado. Para os demais continentes foram criadas várias coalizões com países-chave, a fim de que a maioria das situações estivesse sob o controle americano.

Por outro lado, esta forma de os estadunidenses atuarem no Sistema Internacional pode encontrar outra explicação. Segundo Nye (1990) e Brzezinski (1992 *apud* PECEQUILO, 2011), a atuação estadunidense resulta no crescimento do antiamericanismo, uma vez que o cerne de suas ações está respaldado pelo uso excessivo do *hard power* em detrimento do *soft power*. Brzezinski alerta quanto a esse uso excessivo, pois, ambos os termos podem ser facilmente confundidos ou distorcidos em determinados contextos.

No entanto, o que de fato prevaleceu durante esse período foi a aceitação da Doutrina Bush por uma expressiva massa, uma vez que não havia muitas críticas. O que ainda gerava certa discussão ou objeção equivalia à estratégia de segurança nacional, pois propiciava a intervenção de Estados em nome da segurança e validava qualquer ação. Na prática isso resultou em um sistema internacional mais inseguro e instável, com a busca de uma maior capacitação bélica e a construção de alianças defensivas (PECEQUILO, 2011).

Igualmente, o governo norte-americano sinalizou que, depois da Guerra do Afeganistão e com base nas recomendações da doutrina preventiva, continuaria agindo de forma decisiva para proteger a América. Segundo Daalder e Lindsay, essa postura representou o início da Fase II da guerra contra o terror, que começara com as operações no Afeganistão em 2001. Nessa fase, o Executivo e suas agências dedicaram-se à elaboração de novas operações militares em países hostis aos Estados Unidos, surgindo como principais hipóteses de conflito, cenários de guerra no Iraque, Síria, Irã e Coreia do Norte. Dentre estas nações, mesmo ainda engajados em um Afeganistão fragmentado e instável, os Estados Unidos escolheram o Iraque como alvo desta operação militar e deram início à preparação daquela que se converteria, a despeito de inúmeras objeções, na primeira das guerras preventivas. (PECEQUILO, 2011, p. 404)

Após os atentados do 11 de setembro e das declarações do Executivo de que Saddam Hussein e Osama Bin Laden teriam atuado juntos, cogitou-se em atacar o Iraque por considerar um encaminhamento natural da Guerra Contra o Terror, no entanto, o contexto histórico iraquiano, após sua derrota de 1991, implicava em um país incapaz de executar uma agressão, ou até mesmo de tentar projetar-se em uma escala maior. Além de não existir a percepção de um risco imediato, os custos (políticos, econômicos e militares) para essa guerra eram considerados muito elevados. Até porque, países como Irã e Coreia do Norte pareciam representar mais riscos para os americanos, contudo, esse pensamento não era compartilhado pelo Departamento de Defesa estadunidense (PECEQUILO, 2011).

Assim, ciente de todo o processo que viria a iniciar, Bush começou sua busca pelo apoio, internamente (investimento nas relações e nas alianças bilaterais) e externamente (buscando o apoio individual dos países e negociando com o Conselho de Segurança das Nações Unidas) objetivando legitimar suas ações. Ressalta-se, ainda, que no Conselho de Segurança somente o apoio dos britânicos não era suficiente para que a ação fosse legitimada. As acusações de o Iraque possuir armas de destruição em massa (ADM)s e não se submeter às vitórias legais, além da suposta ligação de Saddam Hussein com o grupo terrorista Al-Qaeda, faziam com que os americanos (aproximadamente 45% da população) acreditassem que os iraquianos eram os responsáveis pelos atentados do 11 de setembro. Diante dessas considerações, cerca de 70% da opinião pública nacional já se encontrava a favor de uma guerra contra o Iraque – tendo ou não o consentimento da ONU (BLIX, 2004).

Sendo pressionado pela comunidade internacional, mais precisamente pelo governo americano, em 8 de novembro de 2002, o Conselho de Segurança das Nações Unidas, após vários meses de negociações, aprovou por unanimidade a resolução nº 1.441, sobre o Iraque. Contudo, tal resolução, segundo Pecequilo (2011),

[...] permitia ser interpretada de diversas maneiras: ela estabelecia que o Iraque sofreria “sérias consequências” caso não concordasse com seus termos, determinado-se uma ação decisiva do CS para assegurar a paz e a segurança internacional. (PECEQUILO, 2011, p. 409)

No entanto, o que se deve considerar é o fato de que ao utilizar o termo “sérias consequências” e “ação decisiva” o Conselho de Segurança não foi claro quanto ao real entendimento acerca de cada um deles. Isso, por sua vez, propiciou que tal resolução fosse utilizada conforme a necessidade dos atores. Contribuía, também, para que o Iraque fosse julgado por toda a comunidade internacional: a tradicional questão sobre as armas de destruição em massa, o fornecimento de informações sobre as ADMs, bem como o impedimento do próprio Iraque quanto algumas dessas informações e vistorias. E, como consequência, todo o sistema internacional (Estados Unidos, ONU, União Europeia, OTAN, dentre outros atores) foi mobilizado para as possíveis situações e consequências que tal guerra poderia trazer.

Em 17 de março de 2003 o presidente Bush ressaltou que todas as possibilidades diplomáticas haviam-se esgotado, dando ao presidente iraquiano a ordem de deixar o poder – o que obviamente não ocorreu. Assim, dias depois Bagdá foi atacada, sendo anunciado como mais um episódio da luta contra o terrorismo internacional. Em março daquele mesmo ano, Bush anunciou ao mundo o sucesso da guerra iniciada contra o Iraque e o início da transição para um processo de instauração de plena liberdade. No entanto, ainda se objetivava a conquista de todo o território iraquiano e não apenas o que havia sido ocupado até aquele momento. No âmbito interno, a presença americana não era aceita pelos xiitas, sunitas e curdos da região, resultando em um ambiente de muita violência e morte no país. Assim, gradativamente a presença americana aumentava dentro do Iraque, por meio do crescimento do contingente militar, armamentos, número de operações e a caçada a Saddam Hussein.

Tempos depois, com a captura do presidente iraquiano, houve a instauração de um novo governo, no entanto, o desencadear da guerra civil e o aumento da violência sectária levaram à ampliação do reforço militar e ao envio de tropas americanas, com isso a situação no Iraque encontrava-se altamente instável. Por outro lado, a situação quanto ao governo do presidente Bush já não se apresentava como antes, inúmeras críticas relativas ao tempo de duração das guerras, aos altos investimentos, bem como sobre o resultado das operações, foram questionados, além do descontentamento interno e da opinião pública que tornavam-se cada vez mais expressivas. Ressalta-se, também, a importância de destacar que elementos revelados sobre a ausência de ADMs contribuíram essencialmente contra o governo Bush.

Vivenciando um cenário de crise econômica, altos gastos militares com as Guerras do Afeganistão e Iraque e o setor social interno americano sem nenhum avanço, o governo do presidente Bush dava sinais negativos quanto às expectativas esperadas. Concomitantemente à somatória de fatores que vinha desde as primeiras ações de guerra do governo, os opositores políticos (Democratas) de Bush começaram a vislumbrar uma possibilidade de sucesso para as eleições que ocorreriam em 2004. No entanto, em 3 de novembro de 2004, Bush foi reeleito com seu *slogan* “por mais quatro anos”.

3.5 O Governo Obama e a Tentativa de Reformulação da Política Externa dos Estados Unidos

No ano de 2006, com o aumento do desemprego, instabilidade do mercado imobiliário e a perda da popularidade, o cenário para o presidente Bush começava a apresentar mais sinais negativos. Entre os anos de 2006 e 2008, durante o segundo mandato de Bush, os Democratas puderam vislumbrar uma possibilidade de sucesso para as próximas eleições, e, finalmente, em novembro de 2008, o candidato Barack Obama conseguiu se eleger.

Diferentemente de seu antecessor, Obama propôs uma reforma em vários setores políticos nos Estados Unidos, mais precisamente naqueles que Bush havia deixado para um segundo plano. De acordo com Pecequillo (2011), a eleição de Obama representou um ponto de inflexão na trajetória dos Estados Unidos, levando ao poder o que poderia ser definido como a verdadeira América do século XXI. Segundo a autora, essa “Nova América” seria o processo de transição de uma política voltada ao externo (Governo Bush), para uma política voltada às minorias.

Ao considerar que o presidente Obama assumiu o poder em meio a uma crise financeira, duas guerras em curso, ameaças de armas nucleares (Irã), ameaças de terrorismo, além de outros assuntos de política externa, as primeiras ações que foram realizadas voltaram-se à política doméstica, até porque, seu discurso eleitoral já se pautava nesta direção.

Evidentemente que as questões de política externa não foram deixadas de lado, Obama tinha como principal objetivo solucionar as guerras no Afeganistão e Iraque, sendo esse último primordial – inclusive, reconhecendo a guerra como um equívoco. Outro ponto que demonstra a atenção do governo para as questões de política externa diz respeito à retirada e ao reordenamento da missão para as tropas que ainda estavam no Iraque, bem como a redução

dos gastos voltados às questões militares. Quanto ao Afeganistão, Obama previa uma ofensiva retomando aos princípios da luta contra o terrorismo.

De acordo com Zaki Laidi²¹, no que tange às questões voltadas ao Oriente Médio, Obama a princípio definiu quatro objetivos: 1) a estabilização do Iraque; 2) a saída do Afeganistão; 3) a obtenção de avanços nos processos de paz; e, 4) abrir um diálogo com o Irã para as questões nucleares. No entanto, para essas questões, notou-se pouco avanço.

Ainda, na visão de Laidi, a ocupação do Iraque pelos Estados Unidos, além de significar uma grande derrota estratégica, representou o fortalecimento iraniano, uma vez que segundo ele, o presidente Obama não possui uma visão de médio prazo a fim de enfrentar a real situação. Ademais, acrescenta-se que, essa contenção do petróleo iraniano poderá resultar em uma nova guerra no Oriente Médio. Assim, considera-se, portanto, a crise no Iraque como um alicerce na construção dos meios para intervir militarmente no Irã. Nesse sentido, Laidi contribui expondo que

O problema é que Obama tem uma forte tendência a superestimar a capacidade dos EUA de influenciar os atores mais fracos. O que é verdade para o Iraque também é verdadeiro para o Afeganistão: Obama pode orgulhar-se de ter eliminado Osama bin Laden, o que foi, sem dúvida, um sucesso, mas não conseguiu resolver a raiz do problema. Apesar de uma presença militar de 10 anos, envolvendo a mobilização de mais de 100 mil soldados a um custo de US\$ 550 bilhões, os EUA ainda não tiveram êxito em criar uma alternativa crível ao Taleban. Pior, sua aliança política com o Paquistão vem se desgastando. (LAIDI, 2012).

Laidi acrescenta que no ano de 2009 o presidente americano aventou que a solução para tais conflitos no Oriente Médio estaria relacionada ao engajamento da comunidade internacional. Somente por meio da vontade das duas partes seria alcançado um resultado positivo. Entretanto, nota-se que os americanos se empenharam muito pouco nesse sentido. Agrega-se a esse cenário o aumento no número de conflitos assimétricos, a inexistência de uma clara distinção entre aliados e adversários, além das grandes diferenças políticas entre o Congresso e a Casa Branca, e temos como resultando uma maior dificuldade na solução desses conflitos. Para Laidi (2012), Obama não possui uma visão estratégica real do mundo e ter somente um “plano A” para a política externa não é suficiente.

No que tange à questão petrolífera – muito ressaltada no governo Bush –, a “grande atenção” destinada, pelos americanos, ao Oriente Médio, está diretamente ligada ao receio de faltar petróleo, uma vez que metade de suas importações é oriunda daquela região. Assim, a

²¹ Zaki Laidi é professor de Relações Internacionais na Institut d'Études Politiques de Paris (Sciences-Po). Project Syndicate, 2012.

invasão do Iraque, por exemplo, estaria relacionada a aspectos menos nobres que a instauração da democracia e a “libertação” dos iraquianos na égide de um ditador. (ALI, 2003)

No entanto, constata-se que em seus quatro primeiros anos de governo, Obama encontrou forte resistência por parte do Congresso, o que resultou em um governo considerado por muitos como fraco e inexperiente, características também atribuídas a ele. Outra proposta que estava presente durante a campanha de Obama foi a defesa da multipolaridade e a maior cooperação entre os atores no Sistema Internacional. Também, a necessidade de mudança da imagem estadunidense para que fosse reduzido o sentimento de antiamericanismo no mundo árabe, bem como a imagem de um ator que abusa de seu poder. De certo modo, Obama buscava adequar sua proposta à teoria de Nye Jr. (2012) acerca do *smart power*²², ou seja, reconstruir a imagem dos EUA como um país admirável, mas sem abrir mão de utilizar seu potencial militar.

Durante as campanhas do ex-presidente George W. Bush, um dos elementos que muito foi exaltado dizia respeito às questões voltadas à religião. Contudo, diferentemente de Bush, Obama não tratou tanto dessas questões, mas ressaltou a importância em desmistificar o Islã como uma religião belicista, além de enfatizar que todo Estado sabe identificar quais são as melhores opções e oportunidades para si (econômica, militar, religiosa e social). Quanto à “Questão Palestina”, apesar de o governo continuar auxiliando a Autoridade Palestina (AP) e posicionar-se favorável à criação de dois estados, os Estados Unidos ainda continuam destinando seu apoio irrestrito a Israel. E, para as questões internas, Obama direcionou sua atenção aos direitos das mulheres e às reformas sociais necessárias, pós-crise de 2008, por exemplo.

De acordo com Pecequilo (2011), o governo de Obama, em um primeiro momento, alterou as prioridades de sua Agenda interna e externa. Para tanto, concentrou as questões econômicas em um pacote de recuperação, aprovado em 2009, e deixou em aberto algumas questões ambientais e acordos de biocombustíveis. O que havia sido prometido primordialmente – universalização do sistema de saúde (*Obama Care*) – não foi cumprido conforme previam os objetivos do presidente. O que, de fato, ocorreu foi uma reforma intermediária com a ampliação da cobertura médica.

²² Termo cunhado por Joseph Nye Jr. que propõe a combinação equilibrada e renovada entre os poderes brando e duro.

Quanto às políticas externas, muitas de suas promessas foram cumpridas apenas parcialmente, como no caso da elaboração da sua própria estratégia governamental. Sobre Guantánamo, muito cobrada pela opinião pública, mesmo suspendendo os memorandos de autorização/redefinição de tortura do ex-presidente Bush, Obama não conseguiu punir todos os envolvidos. Quanto ao relacionamento com o vizinho México, não houve avanços nas questões civis e fronteiriças. Contudo, no que tange às questões conceituais, tais como, multilateralismo, multipolaridade, alianças tradicionais e emergentes e o *smart power*, no governo Obama são mais expressivas. Quanto a esse último, tinha-se por objetivo reconstruir a ideia da tradição liberal da hegemonia (NYE *apud* PECEQUILO, 2011, p. 466).

Para o continente africano, Obama propôs uma cooperação financeira e social, voltando sua atenção às questões relacionadas aos Direitos Humanos, reconciliação dos povos (inclui-se aqui o Oriente Médio), religião e às diferenças culturais. Ainda, no ano de 2009, Obama cumpriu as promessas de campanha sobre o Afeganistão (revisão da missão) e o Paquistão, apesar das várias críticas sofridas. A mudança de postura americana quanto ao Oriente Médio viria somente com o resultado dessas missões, entretanto, quanto ao Irã, a situação não avançou como se esperava inicialmente, apesar da recém aproximação que se deu ao firmarem um acordo acerca do desenvolvimento da tecnologia nuclear.

Para as Américas em geral, houve um processo de reconciliação no início do ano de 2009, reafirmando as questões de democracia e cooperação hemisférica, o que resultou em críticas voltadas a uma reconciliação incompleta e contraditória. Segundo Pecequilo,

A política externa norte-americana, pelo resultado de suas fragmentações internas e influências diversas no processo decisório e de formulação, persegue um curso duplo com relação a questões mais sensíveis, que se reflete nesta questão nuclear e outras, o que contamina o restante da agenda e diminui a credibilidade. Opõe-se assim, negociação versus sanção, engajamento versus contenção versus mudança de regime, preservando, um comportamento similar ao de Bush filho. (PECEQUILO, 2011, p. 409)

Assim, é possível perceber que a expectativa de que o primeiro mandato de Obama fosse suficiente para resolver os problemas internos e externos do país não se configurou em verdade. Primeiramente, seu governo teve que limpar a casa, e concomitantemente a isso, lidar com as dificuldades impostas pelo Congresso. E, pautando-se pelas tradicionais ideias da cooperação, Obama foi alvo de severas críticas, tanto por suas escolhas, quanto pela sua pouca experiência. Contudo, em seu segundo mandato a frustração passou a ganhar espaço, uma vez que pouco avanço é percebido na política externa. Mesmo as promessas expostas no

famoso discurso do Cairo – logo após a posse de Obama no primeiro mandato – deixaram de ter relevância frente ao posicionamento dos EUA nos conflitos ocorridos no Oriente Médio a partir da “Primavera Árabe” (2010). Nye Jr. (2012) expõe muito bem este processo.

A retórica de Obama na campanha eleitoral de 2008 e nos primeiros meses da presidência foi ao mesmo tempo inspiradora como estilo e transformadora quanto aos objetivos. No primeiro ano de governo, ele fez um discurso em Praga em que estabeleceu como meta um mundo livre de armas nucleares; depois, no Cairo, prometeu um novo enfoque sobre o mundo muçulmano; e, no discurso ao receber o Prêmio Nobel da Paz, prometeu "levar a história na direção da justiça". Em parte, essa série de discursos foi tática. Obama precisava cumprir sua promessa para dar novo rumo à política externa e, ao mesmo tempo, fazer malabarismos para solucionar problemas herdados do antecessor George W. Bush que, se deixados de lado, poderiam ainda provocar uma crise em sua presidência. (NYE, 2012)

Por fim, apesar de ser um governo em andamento, apresenta traços dos tradicionais valores estadunidenses que estão presentes desde os primórdios da construção dos EUA e da elaboração de sua política externa. Embora estes valores sempre estejam presentes, o que pode variar é o seu grau de aplicabilidade, pois está ligado diretamente à figura que se encontra no poder – não necessariamente o presidente, mas o partido político. Dela também advém a dosagem de pragmatismo que os EUA imporão nas relações com os demais atores do Sistema Internacional que se traduz no conceito de Política Externa.

4 CORPORAÇÕES *VERSUS* ESTADOS

“... É assim que é o contrabando de armas, você tem que ser rápido algumas revoluções terminam antes que as armas cheguem, não há nada mais caro para um comerciante de armas do que a paz” (O Senhor das Armas, 2005)

A Guerra do Afeganistão (2001) e a Guerra do Iraque (2003) resultaram em terreno fértil para a atuação das grandes corporações – refere-se, aqui, principalmente às indústrias militares. Ao se organizarem de forma “comercial”, essas corporações formaram seus complexos industriais, estabeleceram sua hierarquia, utilizam-se de intrincados sistemas de financiamentos corporativos para se instalarem e atuarem no sistema internacional, tendo como objetivo maior a obtenção de lucro no longo prazo. Constituíram, dessa maneira, um dos possíveis motivos para que os conflitos no Iraque e Afeganistão dure tanto tempo. Apesar dessas corporações atuarem no segmento comercial/industrial, também se preocupam e interferem direta ou indiretamente em temas como a manutenção da estrutura do sistema internacional.

Essa capacidade de interferência condiz com o fato de que essas grandes corporações atuam e competem internacionalmente, uma vez que elas se consideram atores legítimos desse sistema. Sua capacidade em oferecer uma variedade de serviços e materiais, além de possuir sedes e filiais em vários países, resulta na maior expansão de suas atividades, pois isso lhes proporciona uma grande variedade de “clientes” – cada um com suas especificidades e exigências.

Ainda, cabe destacar que um dos elementos de sucesso na atuação dessas grandes corporações consiste em suas relações “extra-industriais”, ou seja, sua relação com vários Estados, líderes políticos influentes, bancos e instituições financeiras. Muitas vezes se configuram de forma tão complexa que influenciam na tomada de decisão sobre diversos temas da agenda estatal. E, por meio desse relacionamento peculiar que essas corporações conseguem atuar dentro do Congresso americano e posteriormente expandir sua influência para todo o sistema internacional. Nesse sentido, muitos dos recursos que são gastos no financiamento dos *Think Tanks* e dos *Lobbies*, destinam-se a ações, no mínimo, controversas.

Quanto ao caráter político-governamental, para muitos analistas, o Estado é o principal protagonista nesse cenário, primeiramente devido ao fato de ser considerado o detentor da legitimidade e do monopólio do uso da força, e, em segundo lugar, por ter condições de gerar

“facilidades” (jurídica, comercial e financeira) a outros atores, como as foram concebidas às indústrias de defesa desde sua instalação até o período que culminou em sua modernização.

Rolo (2009) problematiza a questão salientando que os principais responsáveis pela modernização são os poderosos grupos econômicos liderados por empresas que operam quase que em todos os setores da defesa e segurança, uma vez que são dotadas de grande variedade de recursos tecnológicos e financeiros. Nesse sentido, são capazes de iniciar, desenvolver, modificar e finalizar vários tipos de armamentos, além de realizarem combinações que se traduzem em produtos que possuem uma elevada margem de diferenciação.

Portanto, uma vez que pertence ao Estado o uso da força e às grandes corporações a capacidade de fornecer armamentos para supri-lo, o resultado dessa complementaridade gera a efetivação do interesse comum. No entanto, ao aventar-se a hipótese de que um dos atores teria mais “necessidades” dentro dessa relação, a situação passaria a ser entendida de modo diferenciado. Se um ator se sobrepõe ao outro, o balanceio dos ganhos não se equilibra e o resultado é o prejuízo de uma das partes ou o escoamento para terceiros.

O caso da *National Rifle Association* ilustra, de certo modo, o que foi exposto no parágrafo anterior, pois a NRA deixou evidente o poder de atuação dos *lobbies* das armas dentro do Congresso americano em 17 de abril de 2013, ocasião em que foi levada à votação uma proposta de lei que visava proporcionar o controle mais efetivo sobre a venda de armas. A proposta foi derrotada. Neste caso específico, dois senadores – um republicano e outro democrata – pretendiam que fosse reforçado o sistema de verificação da sanidade mental e dos antecedentes criminais para quem quisesse adquirir armas. Também, que houvesse a verificação sobre as compras feitas em lojas autorizadas, nas transações virtuais e nas feiras de armas. Segundo a Comissão Nacional de Justiça e Paz de Portugal, essa motivação dos senadores, seguida por vários governadores e pelo presidente americano e seu vice, surgiu como forte demanda após a tragédia ocorrida em 14 de dezembro de 2012, na qual várias crianças da Escola elementar de Sandy Hook (Newtown) foram mortas.

Em meio ao apoio da opinião pública, abalada pela tragédia, houve uma tentativa de ampliação das políticas relacionadas ao controle de armas. Pretendia-se, também, iniciar várias discussões acerca da proibição e comercialização de armas de assalto, venda de carregadores com a capacidade superior a 10 cartuchos e sobre a implementação de penas mais pesadas aos traficantes de armas. Assim, objetivava-se que o resultado das votações fosse favorável. Contudo, embora em um primeiro momento a votação tenha sido positiva, imediatamente a situação se alterou. Aliado à resistência e ansiedade política de alguns

senadores republicanos, foi colocada em prática a capacidade de influência que a *National Rifle Association* desenvolveu dentro do Congresso estadunidense. Assim, as propostas restritivas à utilização de armas não conseguiram atingir a quantidade necessária de votos para se tornarem válidas. O resultado foi a derrota, pelo menos temporária dos defensores do controle e venda de armas²³.

Tendo consciência da situação ocorrida em Newtown, o *lobby* tornou-se mais rígido contra as campanhas voltadas ao controle de armas. O grupo *Gun Owners of America*, por exemplo, afirmou em determinado momento que tal legislação conduziria a uma centralização do registro do porte de armas e, por conseguinte, ao confisco da mesma. Em outras situações, os próprios congressistas (em particular os republicanos) faziam o uso desses argumentos para que tais discussões não voltassem ao senado. Segundo a Comissão Nacional de Justiça e Paz de Portugal, o Poder da NRA foi tão significativo que, no dia da votação, o Senado americano recebeu inúmero telefonemas, e-mails e cartas repudiando a campanha do presidente Barack Obama contra as armas. Também se criticava o gasto de cerca de meio milhão de dólares para o financiamento da campanha.

Apesar desta situação criada pelo Lobby de Armas, e, considerando o fato de que a Constituição americana garante ao cidadão o direito ao uso e porte de armas, nota-se principalmente após a tragédia ocorrida na Escola de Sandy Hook, que cerca de noventa por cento da população se diz favorável ao controle maior e mais efetivo das armas de fogo. No entanto, o pensamento de muitos senadores que visam garantir sua cadeira no Congresso, condiz com a intenção de não confrontar-se com os objetivos dos *lobbies* atuantes dentro da política, para isso posicionam-se contrários aos interesses de um grupo maior, a população.

4.1 As Prime Contractors pelo Mundo

Conforme exposto por Rolo (2009), o comércio de armas das 100 maiores empresas, bem como a sua expressividade (econômica, política, militar e etc.) no ambiente em que participam, resultou em um expressivo aumento das vendas nos últimos anos. Como fora exposto anteriormente, o aumento da compra e venda de armas a nível mundial pode estar diretamente ligado à intensificação dos conflitos no Afeganistão e no Iraque. Ainda, que os números relativos às despesas militares mundiais podem corroborar com este entendimento,

²³ Ver The New York Times:

http://topics.nytimes.com/top/reference/timestopics/subjects/u/us_constitution/second_amendment/index.html

uma vez que correspondem a cerca de 21% de gasto mundial, enquanto que os Estados Unidos gastaram aproximadamente 32% com suas despesas militares.

Para os demais atores do sistema internacional os números expressam outras informações. Segundo dados do SIPRI, a Rússia, por exemplo, embora seja considerada uma grande produtora de armas, em decorrência de seu atraso para modernizar e reestruturar sua indústria de defesa, ocupa uma posição muito mais modesta perto de seu potencial. No ano de 2006 os russos participaram com apenas 2% das vendas mundiais, mesmo agregando suas oito empresas consideradas mais significativas.

A maior parte das empresas está concentrada na América do Norte e na Europa Ocidental. Assim, por meio da lógica de centralização produtiva descrita, tem-se que o grande polo encontra-se na América do Norte (41 nos EUA e 1 no Canadá), representando 64% das transações no ano de 2006, enquanto que a região da Europa Ocidental possui um conjunto de 34 empresas (de vários países) que corresponde a cerca de 29% dessas transações. E, por último, as demais empresas compõem cerca de 7% das vendas. Ressalta-se que as duas primeiras “regiões” representam 93% (mais de $\frac{3}{4}$ do total) das vendas do período de 2006 e essas mesmas empresas possuem sedes em países membros da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) (ROLO, 2009).

Para a compreensão desta estrutura, Rolo (2009) expõe que ao se referir à América do Norte, deve-se entender EUA; Europa Ocidental é praticamente Reino Unido, França, Itália, Alemanha e EADS (empresas transeuropeias, com sede em Luxemburgo e instalações na França, Alemanha e Espanha); Europa do Leste refere-se à Rússia; países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) indica o Japão e os não pertencentes ao grupo da OCDE – estão a Índia e Israel. Embora não pertençam ao grupo dos maiores produtores e vendedores de armamentos do mundo, países como Israel, Índia e Japão já possuem indicativos de expansão em sua produção.

Além das características citadas anteriormente, essas principais empresas, também conhecidas como *Prime Contractors*, são as responsáveis por grande parte da mão de obra e pelas grandes transações internacionais, pois possuem uma forte especialização, fato este que repercute na obtenção de lucros substanciais. Ressalta-se, ainda, que embora essas características sejam para todas as *prime contractors*, os dados e porcentagem variam conforme a localização das “regiões” em que se encontram.

Com base nas peculiaridades das *prime contractors* é possível perceber que cada uma possui a especificidade oriunda de sua localização. Outro ponto que as tornam diferentes uma das outras diz respeito ao processo de industrialização que cada uma das regiões onde se encontram situadas vivenciou. Em geral, todo esse processo teve início na década de 1990, no entanto, as empresas estadunidenses, além de serem pioneiras em sua reestruturação, são as que mais buscam melhorias na base produtiva.

Desse modo, segundo Rolo (2009), as empresas europeias tiveram esse processo mais tardio, e, como justificativa tem-se a fragmentação empresarial (de raiz nacional), além da repercussão do processo político momentâneo. No caso da reestruturação das indústrias de defesa russas, esse processo foi um tanto complexo, pois, durante a década de 1990, várias medidas estatais adotadas não foram suficientes e, desse modo, dentre os anos de 2001 a 2006, uma parcela dessas indústrias foi controlada por empresas privadas, cujo desempenho também não foi dos melhores. Finalmente, em 2007, frente ao notável fracasso, o Estado russo retomou a frente desse processo e criou três grandes *holdings* (United Aircraft Corporation – UAC; United Shipbuilding Corporation – USC; e a Rostekhnologii) objetivando sair da crise. Controlando estes conglomerados estatais, a Rússia se declarou aberta à cooperação internacional a fim de concretizar seus objetivos. Frente a estas transformações, a declaração de cooperação já se mostrou eficiente em projetos empresariais com empresas chinesas, indianas e da própria Europa Ocidental.

No cenário internacional é possível elencar cinco principais *prime contractors* em cada uma das regiões anteriormente citadas e que gozam de altíssima expressividade, quais sejam, a Boeing (setor das aeronaves, eletrônica, mísseis e aeroespacial), a Lockheed Martin (mesmo setor que a Boeing), a Northrop Grumman (construção naval e setores como o da Boeing), a Raytheon (eletrônica e mísseis) e a General Dynamics (veículos militares, artilharia, eletrônica e construção naval), todas essas atuando nos Estados Unidos. No caso das europeias, pode-se destacar a BAE Systems (construção naval, munições, armas, aeronaves, eletrônica, mísseis, veículos militares e artilharia), a EADS (aeroespacial, aeronaves, eletrônica e mísseis), a Finmeccanica (possuem os fins da BAE, no entanto em menor dimensão e menos bélica), a Thales (armas, munições, eletrônica e mísseis) e a MBDA (é resultado de uma parceria entre BAE Systems e a EADS na produção de mísseis) (ROLO, 2009).

Diferentemente das duas regiões já citadas, as empresas russas possuem uma característica bem distinta, são empresas totalmente especializadas. Tem-se, atuando neste

setor a Almaz-Antei (mísseis), Irkut Corp (aeronaves), TRV Corp (mísseis), Sukhoi Co. (aeronaves) e MiG (aeronaves). Já no tocante ao grupo dos países da OCDE, pode-se destacar a Mitsubishi Heavy Industries (Japão), Saab (Suécia), Kawasaki Heavy Industries (Japão), Navantia (Espanha) e Mitsubishi Electric (Japão).

E, por último segundo Rolo (2009), tem-se o grupo das cinco *prime contractors* dos países não pertencentes a OCDE. Neste caso, destacam-se a Israel Aerospace Industries (Israel), Hindustan Aeronautics (Índia), Elbit Systems (Israel), Indian Ordnance Factories (Índia) e Rafael (sic) (Israel).

Em suma, o que se torna evidente é que o setor de produção e venda de armas dispõe de vários recursos e meios para atender à demanda de todo e qualquer tipo de procura de armamento e conflito. Em parte é possível encontrar uma explicação para isso no fato de que, oriunda dos anos de 1990, a estratégia de reestruturação e modernização das empresas de armas propiciou aos países inúmeras condições para sua inserção no cenário internacional e o desenvolvimento de seu polo industrial de defesa. Entretanto, segundo Rolo (2009), o que merece destaque é o fato de que em um cenário de conflito, a procura por armas será cada vez maior, porém em um cenário de cooperação internacional a situação tende a ser o inverso da anterior, podendo chegar até a uma possível estagnação do setor de produção e vendas de armas no nível mundial. Assim, a produção bélica tende a se manter de acordo com a condução do cenário internacional.

Seguindo esta lógica, pode-se perceber que as atuais ameaças às principais potências mundiais não são as tradicionais guerras e conflitos regulares ou entre Estados. Com os atentados de 11 de setembro, a Al-Qaeda protagonizou uma “nova forma” de atuação, qual seja, por meio da guerra irregular ou guerra assimétrica. Com isso trouxe a possibilidade de conflitos transnacionais. Segundo a revisão quadrianual do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (2006):

O Departamento de Defesa conduziu a Revisão Quadrianual de 2006 no quarto ano de uma longa guerra irregular em sua natureza. Os inimigos nesta guerra não são forças militares convencionais, mas redes globais de terrorismo que se utilizam do islamismo para promover ideais políticos radicais. Esses inimigos puderam encontrar maneiras de adquirir e utilizar armas nucleares e biológicas para assassinar milhares de americanos e de outros povos ao redor do mundo. Eles usam o terror, a propaganda e a violência indiscriminada numa tentativa de subjugar o mundo muçulmano sob uma teocracia radical e tirânica, ao mesmo tempo em que perpetuam o conflito com os Estados Unidos e seus aliados. Essa guerra demanda que os militares americanos adotem abordagem não-convencionais e indiretas (US DEPARTMENT OF DEFENSE, 2006).

No entanto, cabe destacar que a argumentação apresentada pelo governo americano traz consigo vários elementos ideológicos e suas ambições políticas. Assim, o que pretende-se demonstrar neste caso consiste no fato de que a guerra irregular aponta para as novas formas de atuação dessas organizações. E, como resultado há a redução de tratativas diplomáticas e a priorização do uso da força.

Com base nestas considerações, é possível perceber que embora a Al-Qaeda não seja a única organização que utilizou tais meios em suas ações, essa nova forma de atuar gerou um sentimento de insegurança maior à comunidade internacional. E, devido ao fato de não saber-se de onde vem o perigo e qual a sua intensidade, a indústria bélica vem ganhando largo espaço e ampliando a sua escala produtiva para “suprir” as necessidades dos Estados na luta contra o terrorismo.

4.2 O Panorama da Guerra do Afeganistão (2001)

O Afeganistão é conhecido por ser um palco de muitas disputas internacionais entre as potências devido à sua localização estratégica. Também é caracterizado por sua pluralidade étnica, apesar de mais de 90% da população ser muçulmana. Sua história recente do século XX mostra que estes elementos conjugados potencializaram a fragilização do Estado.

Durante o conflito contra os soviéticos (1979-1989) o terror espalhou-se naquela região e, diante da situação, países como os Estados Unidos, Paquistão, Egito, Israel, dentre outros, formaram uma “aliança” e enviaram fundos e armas aos *Mujahideen* – grupo de guerrilheiros afegãos que luta contra a intervenção soviética – para combaterem as tropas soviéticas, pois a disparidade de forças objetivas era notória. Com o fomento de ofensivas dos grupos paramilitares, os soviéticos passaram a sofrer consecutivas derrotas e, em 14 de abril de 1988, o Kremlin assinou um acordo finalizando o conflito. A partir de então as tropas soviéticas deram início à retirada do território afegão.

Além do esfacelamento do estado afegão durante o conflito com a União Soviética, o surgimento da Al-Qaeda representou um “efeito colateral” não previsto e que alterou a estrutura do sistema internacional com suas ações durante a década de 1990 e a seguinte. Tal foi a expressividade alcançada pela organização que o nome “Al-Qaeda” passou a ser relacionado diretamente ao conceito de “terrorismo”. E, de acordo com Burke (2007), é desta maneira que os ocidentais pensam.

Então o que é a Al-Qaeda? Pergunte a ocidentais, mesmo bem-informados, o que pensam ser a Al-Qaeda e muitos lhe dirão que esse termo descreve uma organização terrorista fundada há mais de uma década por um fanático religioso saudita extremamente rico que se transformou numa rede incrivelmente poderosa composta por milhares de homens treinados e motivados que estão à espreita em todas as cidades, em todos os países, em todos os continentes, prontos para cumprir as ordens de seu líder, Osama Bin Laden, matando e mutilando em defesa de sua causa. BURKE (2007, p. 21).

O Desenvolvimento da Al-Qaeda, via de regra, foi viabilizado por situações geradas naquele contexto. O Afeganistão, de acordo com Burke (2007), propiciava alguns elementos que contribuíram para este fim, quais sejam, “[a] disponibilidade de recrutas, conhecimento ideias e até dinheiro”. Desse modo, foi em 11 de setembro de 2001 que a Al-Qaeda ficou mundialmente conhecida ao protagonizar os atentados ao World Trade Center (Nova Iorque) e ao Pentágono (Washington), evidenciando com isso, a figura de Osama Bin Laden. Também, conseguiu mudar o paradigma do terrorismo tradicional, uma vez que a Al-Qaeda internacionalizou “sua demanda” com a mudança do alcance de seus objetivos/alvos. Como desmembramento destes eventos, tivemos o processo de securitização do terrorismo e uma política internacional desenvolvida para sua contenção.

O 11 de setembro desencadeou a política da “Guerra contra o Terror” no Afeganistão e teve início a busca – oferecendo recompensa – pelos culpados pelos atentados. De modo mais efetivo, o propósito americano era redefinir seu quadro estratégico do Oriente Médio com a aplicação de mais força e efetividade. Inicialmente foram realizados vários ataques em cidades do Afeganistão, além da exigência do governo americano de que o Talibã²⁴ entregasse Osama Bin Laden. Iniciava-se, então, a chamada guerra irregular, que caracteriza-se por não seguir um padrão específico de comportamento, no qual o que realmente importa são os resultados positivos de suas ações. Segundo Visacro,

O caráter informal, dinâmico, flexível e mutável do combate irregular tem contrariado o cientificismo acadêmico, frustrando as expectativas daqueles que procuram, em vão, por padrões doutrinários rígidos, aplicáveis com a mesma abrangência encontrada na guerra irregular. (VISACRO, 2009, p. 221).

A invasão estadunidense ao Afeganistão – e dos “tradicionais” parceiros na luta contra o terror – contou com o forte apoio da conhecida Aliança do Norte muçulmana, um grupo

²⁴ Durante a década de 1990, com a retirada das tropas soviéticas do Afeganistão e o fim do auxílio estadunidense aos grupos paramilitares que estavam envolvidos na guerra, gradualmente um grupo formado por religiosos conservadores passou a conquistar mais poder político no país. De hábitos extremamente rigorosos para os padrões ocidentais e mesmo para os muçulmanos, os Talibãs – como passaram a ser conhecidos por serem oriundo de madrasas (escolas religiosas) – se tornaram governo, contudo, após a invasão estadunidense ao Afeganistão (2001) houve a perda do poder político, mas ainda continuam tentando se reorganizar.

considerado anti-talibã. E foi por meio das operações “Liberdade Duradoura” e “Força Internacional de Assistência para Segurança”, juntamente com a tomada de Cabul, que os Estados Unidos conseguiram combater o regime Talibã, no entanto, após algum tempo, esse grupo conseguiu se reorganizar e os conflitos continuam.

Devido ao longo período de duração do conflito, a opinião pública estadunidense começou a questioná-lo, e também os investimentos e os contingentes que cresciam com o passar dos anos – segundo dados da Força Internacional de Assistência e Segurança (ISAF), em 2007 o contingente americano em solo afegão era cerca de 33 mil soldados e, em 2010, os números já representavam cerca de 119 mil. Outro aspecto bastante questionado, tanto pela opinião pública quanto pela comunidade internacional, diz respeito ao número de mortes e torturas – civis e militares –, uma vez que muitos desses dados eram desconhecidos, e, quando foram expostos, apresentavam números inferiores à real intensidade do conflito. Além de que, após nove anos de conflito, Osama Bin Laden ainda não havia sido capturado²⁵.

Em geral, a situação política interna do Afeganistão é historicamente conflituosa devido à disputa de poder entre as tribos e clãs. E, este cenário só foi agravado com as várias intervenções externas sofridas. No entanto, com o fim do governo Bush e a início da era Obama, apontava-se para uma mudança na belicosidade dos EUA frente ao mundo árabe, havia, inclusive, uma fonte de esperança para que as “guerras de Bush” chegassem ao fim. Inclusive, Obama, em sua campanha eleitoral, prometia a retirada das tropas do Iraque e do Afeganistão após os vários anos de conflito.

Embora alguns traços significativos possam indicar certa mudança e melhoria para a população afegã – como, por exemplo, as eleições “democráticas”, a reconstrução parcial da infraestrutura, a maior participação feminina dentro da sociedade, dentre outras –, a situação ainda é de instabilidade, e, mesmo com a retirada das tropas estrangeiras prevista para 2015 não há certeza de melhora.

4.3 Investimentos Militares na Guerra do Afeganistão (2001)

Quando se trata de questões relacionadas aos investimentos militares nas guerras do Afeganistão e Iraque, há certa dificuldade de constatação quanto à veracidade de dados

²⁵ Osama Bin Laden foi capturado e morto no dia 01/05/2011. Essa notícia ganhou os jornais do mundo inteiro como por exemplo, o “The New York Times”, http://www.nytimes.com/2011/05/02/world/asia/osama-bin-laden-is-killed.html?pagewanted=all&_r=0 e “O Estado de São Paulo”, <http://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,morte-de-bin-laden-e-trunfo-politico-para-obama,867553>.

disponíveis, assim como acerca da própria maneira com que foram obtidos. Seja no intuito de resguardar segredos militares, ou mesmo pelo próprio questionamento sobre sua legitimidade/legalidade, a análise dos dados muitas vezes pode se configurar em um campo minado.

Oriundos de uma relação complexa entre os Estados e as grandes corporações, os dados sobre a compra e venda de armamentos nem sempre são divulgados por completo, uma vez que em alguns casos as armas podem estar envolvidas em conflitos internos, nas mãos de guerrilhas, organizações terroristas, contrabandistas ou sendo parte em outras formas de triangulações comerciais que visem suprir demandas de guerras tradicionais ou irregulares. Outro fator pelo qual esses dados ainda encontram-se camuflados e restritos a esses dois atores, diz respeito à legitimidade dessas guerras frente ao cenário internacional.

Ademais, acrescenta-se o fato de que essas grandes corporações possuem, por meio dos *think tanks* e dos *lobbies*, uma eficaz ferramenta para manipular a ação externa dos Estados a fim de que suas expectativas sejam supridas. Assim, é possível constatar que a invasão americana ao Afeganistão, que contou com o apoio britânico, teve certa redução nos gastos e número de mortes devido ao fato de que os americanos também destinaram uma parte de sua atenção à guerra no Iraque. Os ingleses declararam que o conflito no Afeganistão custou o equivalente a 96 milhões de libras, no entanto, essas primeiras declarações dadas se contradizem, uma vez que uma guerra custa em média 12 milhões de libras por dia. Contudo, embora haja uma variação nos dados e nos valores, essa foi uma guerra demasiadamente custosa para os Estados Unidos, Reino Unido e Afeganistão (DAGGETT, 2010)

O orçamento e o financiamento para a Guerra do Afeganistão e do Iraque sempre foram objetos de crítica ao governo – seja ele Republicano ou Democrata. De acordo com a Constituição Americana, cabe ao Congresso decidir sobre tais questões orçamentárias e de regulação, tais como

Promover a defesa comum e o bem-estar geral [...]; regular o comércio com as nações estrangeiras e entre os diversos estados [...]; declarar a guerra, estabelecer represálias e formular regras concernentes à captura em terra e água; [...] formar e financiar as Forças Armadas; [...] [e] para fazer todas as leis que sejam necessárias e apropriadas ao exercício dos Poderes de execução anteriormente mencionados. (CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1787).

Assim, o que se questiona é o fato de que o Congresso estadunidense permitiu ao governo gastar muitos recursos, e, concomitantemente esses financiamentos resultaram no prolongamento dessas guerras. Ao considerar que os congressistas atuaram optando por não

publicizar as questões orçamentárias das guerras, retoma-se ao que vem sendo tratado ao longo do trabalho sobre os interesses estatais e das grandes corporações pela continuidade desses conflitos.

Dados vazados ao site *Wikileaks.org* mostram que no final de abril de 2006, foi aprovado pelo congresso americano um projeto de lei que deu autorização ao financiamento da guerra para os anos de 2008 e 2009, embora ele tenha sido vetado pelo presidente Bush, devido à incompatibilidade de datas. Ademais, os grupos de influências (*lobbies*) que atuavam naquele momento mostraram que seus interesses tinham que ser atendidos.

Ainda, segundo dados do Wikileaks, a estimativa das despesas americanas nesses dois principais conflitos (Iraque e Afeganistão) varia conforme os elementos que se analisam e o que se entende como despesa. Considerando-se tais variáveis, os números podem sofrer alteração, mas, em geral, a contabilização dessas despesas deve ser medida em centenas de bilhões ou trilhões de dólares. Também se faz necessário ressaltar que outro aspecto que colabora com a variação dos valores está diretamente ligado à disponibilização de dados verídicos por parte dos Estados e das corporações. Assim, um estudo recente do Serviço de Pesquisa do Congresso estima que a partir de março de 2007 o governo americano ultrapassou o valor de 99.000 bilhões de dólares empregados na guerra do Afeganistão.

A base de dados do Wikileaks e SIPRI proporciona condições para compreender como são feitos os investimentos militares dos Estados Unidos e de outros *players* que atuam no Sistema Internacional. Para tanto, alguns dos vários aparatos militares foram selecionados e separados em categorias para serem contabilizados e analisados. Assim, tem-se a categoria das “Operações de interrogatórios”, onde foram usados equipamentos como telefone de atendimento, carregador de bateria, várias espécies de computadores (estação de trabalho pessoal, laptop portátil, micro laptop), monitores de vigilância, impressoras (de gráficos coloridos e para design), detectores pessoais de segurança, módulos de voz para segurança, rádios de comunicação, várias espécies de baterias, material de envio digital, pistolas automáticas e rifles.

Para as denominadas “Operações Psicológicas” foram utilizadas: cúpula de proteção, rádio receptor e transmissor, rádio de mão portátil, *scanner receptor*, carregador de baterias não rotativo e satélite de navegação. Para ações com o emprego de arquivos disponíveis por biometria, utilizaram-se materiais como câmera digital, *scanners*, leitores e multimodais biométricos.

Como quarta categoria, têm-se as operações militares que se utilizam da robótica na articulação, facilitação e reparação. Também contaram com equipamentos como detectores portáteis de explosivos, veículos de desminagem, pistolas calibre 45, veículos para todos os tipos de terrenos, blindados remotos para a remoção de minas e uma infinidade de robôs (desde sistemas experimentais, a robôs de explosivos).

A quinta categoria, denominada Força-Tarefa "Paladin" (anti-dispositivos explosivos improvisados) utilizou para a sua atuação equipamentos como telefones via satélite, rádios e sistemas de comunicações e receptores, satélites de campo de testes, satélites eletrônicos e de contramedidas, transmissores e receptores de dados e informações, geradores de interferências e *scanners* receptores.

Por fim, destaca-se, aqui, a categoria denominada pelo Wikileaks como "Equipamento do Exército atribuído à outra Agência do governo", sendo essa responsável pelos mais variados equipamentos militares e o que se conhece por equipamentos *dual* (uso civil e militar). Faz-se necessário destacar, também, que após o levantamento dos equipamentos usados ao longo do conflito, muitos não foram mencionados porque a listagem é extensa demais e vários deles possuem apenas códigos militares de identificação.

Segundo dados disponibilizados pelo Wikileaks, muitos desses equipamentos foram detidos pelo Exército, Marinha, Força Aérea americana e CIA em solo afegão a partir do ano de 2007, ou seja, pode-se observar que essas corporações venderam seus equipamentos não apenas para as Forças Armadas americanas, mas também para o "outro lado da moeda". Outro aspecto ressaltado pelo *site* diz respeito a essa listagem e a sua transparência, segundo o Wikileaks, muitos itens presentes nessa lista possuem a finalidade de "cobrir" outros equipamentos mais valiosos.

Agrega-se a isso, o fato de que as despesas mencionadas representam gastos exclusivos com materiais, não incluindo o pagamento dos soldados em combate, transporte, ou os custos domésticos, também não inclui a maioria dos suprimentos, munições e outros materiais descartáveis. Ademais, essas informações dispostas nos documentos oficiais vazados, não incluem os preços de cada item, mas sabe-se que possuem registro (na OTAN) com o número de estoque e catálogos de preços de estoque e logística. Assim segundo o Wikileaks, foi possível descobrir que há pelo menos 1.112.765.572 de dólares que o Exército americano possuía em equipamento militar no Afeganistão – o valor real é provável que seja dois ou três vezes mais elevado.

Ainda, segundo o Wikileaks, metade de todas as compras de equipamentos foi alterada e sofreu mudança nas prioridades militares ao longo dos conflitos. Isso pôde ser observado por meio de relatos dos militares que participaram das operações e da constatação de que cerca de 60% do contingente americano que foi morto ou ferido nos conflitos do Afeganistão e Iraque, se deu por dispositivos explosivos improvisados. E, gradativamente, com a alteração das táticas e equipamentos usados, esse número crescia.

Consequentemente, segundo o Wikileaks, grandes gastos foram feitos a fim de investir-se em tecnologia avançada para prevenir situações como essas. Segundo a *The Joint Improvised Explosive Device Defeat (JIEDDO)*, foi previsto que se gastasse o equivalente a US \$ 13 bilhões em todos os equipamentos (detectores e robôs para desarmar bombas, melhorias para blindagem de veículos, treinamento e outros meios para combater armas caseiras). Dados do *Brookings Institution* de Washington comparam esse valor gasto ao valor que os americanos empregaram na construção as duas bombas atômicas lançadas no Japão no ano de 1945.

Os documentos vazados ainda permitem constatar que algumas operações estadunidenses utilizaram equipamentos que impedem que sinais de rádio possam disparar dispositivos. Esses equipamentos, chamados “Warlock” rádio frequência, possuem um custo de aproximadamente 415 milhões de dólares e foram usados pelo menos 2.769 unidades. Contabilizou-se, também, 1.734 “Acorn” (dispositivos explosivos) fornecidos, 42 detectores de explosivos portáteis, 61 “PSS-14” (detectores conjuntos), 86 detectores de minas, 6 “Boomerang” (detectores conjuntos de franco-atirador que detectam se um veículo está sendo alvo de tiros), 42 detectores de explosivos portáteis, 9 “Husky” (veículos de detecção de minas), 5 “Meerkat” (veículos detecção de minas), além de vários outros veículos de detecção e proteção.

De acordo com os dados do Wikileaks, lidar com esses investimentos externos torna-se muito complexo, uma vez que só a compra desses equipamentos representa cerca de metade desse orçamento. No entanto, há quem veja que o retorno desses investimentos seja algo estimável em mil vezes o valor inicial. Assim, por meio da argumentação sobre o lado positivo dessas aquisições, as grandes indústrias de defesa, responsáveis pelo fornecimento desse material, muitas vezes conseguem jogar e manipular os preços de seus produtos. Para exemplificar este tipo de ação, um veículo "Warlock" jammer IED custa aproximadamente US\$ 150.000,00, e, devido às várias compras do mesmo, empresas a EDO Corporation

(produtora do "Warlock") previram que seus ganhos referentes ao ano de 2007 seriam maiores do que no ano de 2003 em cerca de 400%.

As indústrias de defesa investiram fortemente na produção tecnológica avançada, uma vez pode-se notar um grande número de robôs atuando nas operações militares (Afeganistão e Iraque). Segundo dados disponíveis no Wikileaks, puderam ser contabilizados cerca de 28 Pacbot robôs táticos, 55 MARCBOT IV robôs "experimentais", 86 "robôs explosivos eliminação ordenança" e pelo menos sete aeronaves "zangão". No entanto, os custos desses equipamentos de alta tecnologia não se encontram disponíveis, mas estima-se que os custos dessa guerra assimétrica sejam ainda mais elevados do que o divulgado.

Outro aspecto que merece destaque no âmbito dos investimentos militares, diz respeito aos equipamentos de proteção e armadura. Na Guerra do Afeganistão foram fornecidos ao Exército americano 7.123 conjuntos de proteção para o braço e ombro; 1.236 conjuntos de "protetores" para as outras partes do corpo; 178 conjuntos de pastilhas de armadura; 16.534 conjuntos de armas pequenas com inserções de proteção e 12.300 conjuntos de inserções aprimorados de tamanhos variados – empregando uma nova geração de armadura à prova de balas. Esse material, de acordo com o Wikileaks e, por meio da base preços do banco de dados de acesso público NSN, chegou a um total de mais de 16.500 milhões de dólares.

No que tange ao armamento químico, os Estados Unidos possuem um sistema de classificação – "*Chemical Weapons and Equipment*" (Armas Químicas e Equipamentos) –, e, segundo esse sistema, no conflito do Afeganistão foram utilizados pelos menos dois tipos de armas, quais sejam, 72 granadas M7 Descarregadores (NSN: 1040014541625) e 8 FN303 (NSN / MCN: 104001D170316). Segundo o Wikileaks, o primeiro é um lançador de granadas de gás e o outro pode disparar *spray* de pimenta e projéteis.

Em suma, a partir da exposição dos valores dos armamentos e equipamentos utilizados desde o início da Guerra do Afeganistão, pôde-se observar a amplitude que esse conflito adquiriu. Cabe reforçar a ressalta feita anteriormente de que estes dados obtidos por meio do Wikileaks se referem ao período 2006/2007, espaço de tempo bem menor do que a duração do conflito. Portanto, uma análise mais pormenorizada nas demais listas apontaria para um cenário cujos custos com a guerra superariam o ora exposto.

Por meio desses dados, compreende-se mais facilmente o motivo pelo qual uma guerra não é interessante somente para uma parte. A importância econômica, estratégica, militar, política é sempre pensada pelos *policy makers* e os grupos de interesses que atuam no

contexto internacional, até porque, a outra face do conflito – aqui refere-se às consequências da guerra, como destruição da infraestrutura, mortes de civis, pobreza e etc. – já encontra-se encaminhada, pois milhares de empresas se preparam para uma nova fase, seguinte a guerra, qual seja, a “reconstrução o país”.

4.4 O Panorama da Guerra do Iraque (2003)

A luta contra o terror realizada pelo presidente Bush em seu governo resultou, também, na Guerra do Iraque em 2003. Embora naquele momento a justificativa americana estivesse pautada na luta contra o terrorismo, disseminação da democracia, retirada de Saddam Hussein do poder e outros supostos valores universais, o controle sobre as principais reservas do petróleo destacou-se como a mais evidente razão para atacar o Iraque²⁶. Com uma política externa voltada para guerra, o governo estadunidense classificou o Iraque como país belicoso e o incluiu no “Eixo do Mal”. Também fez inúmeras acusações sobre a posse de armas nucleares e que Saddam Hussein, juntamente com a Al-Qaeda, teria participação nos atentados de 11 de setembro. Na verdade, desde meados de 2002 o Iraque já estava sob a vigilância dos EUA e os preparativos para o início da guerra encontravam-se prontos. Reinava, contudo, a retórica dos republicanos de que após a retirada de Saddam Hussein seria instituída a democracia.

No que tange a essa “redefinição” estratégica do cenário iraquiano pretendida pelos americanos, o ponto fulcral da questão encontrava-se no controle das reservas de petróleo iraquianas, as quais, segundo Bandeira (2005 *apud* FERREIRA, 2008), os Estados Unidos tinham como objetivo principal impedir que a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) abandonasse o padrão Dólar em suas atividades internacionais e passasse a utilizar o padrão Euro, sendo esse último já concretizado por Saddam Hussein no ano 2000.

Mesmo com a guerra em curso no Afeganistão, após a ação empregada no Iraque, países com Líbia, Irã e Síria também passaram a ser cogitados como os próximos alvos de intervenções militares estadunidenses. Essas intervenções, segundo Bandeira (2005 *apud* FERREIRA, 2008), teriam como propósito a consolidação americana no mundo islâmico, a preservação da segurança de Israel, e a possibilidade de grandes negócios para as corporações americanas.

²⁶ Igor Fuser aprofunda nesta questão em seu livro “Petróleo e Poder o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico” (2008).

Embora vários ataques militares já tivessem sido feitos ao Iraque (inclui-se aqui outros países como Grã-Bretanha, Itália e Espanha, por exemplo), foi no mês de abril de 2003 que os Estados Unidos ocuparam efetivamente Bagdá, após várias ações militares. Segundo dados do site *Islam BR*, esses ataques resultaram, de imediato, na morte de muitos civis, na destruição de patrimônios históricos e culturais, além de causarem danos ecológicos (devido às bombas de urânio usadas, por exemplo). Rapidamente os Estados Unidos ganharam territórios e efetivaram cada vez mais a sua ocupação no Iraque. Internamente a situação iraquiana estava muito complicada, uma vez que o país inteiro encontrava-se fragilizado economicamente devido aos vários anos de sanções e embargos impostos pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, além do fato de que o exército iraquiano era absolutamente inferior ao americano.

Com a continuidade dos ataques em território iraquiano, a situação configurava-se cada vez mais desastrosa devido à destruição da infraestrutura das cidades. O resultado imediato destas ações foi o agravamento da precariedade de condições de vida da população, também, o crescimento da violência urbana e dos crimes contra o patrimônio. Neste cenário conturbado, uma frente *jihadista* tentava resistir aos ataques americanos causando ainda mais instabilidade e fragmentação do território.

Ao longo do tempo em que o conflito no Iraque ocorreu, os gastos americanos cresceram substancialmente, tanto para manter suas tropas quanto para derrotar os grupos resistentes. A morte de civis e militares já se configurava em um aspecto questionável da tática empregada e, para que houvesse ainda mais questionamentos acerca da legitimidade e legalidade de ação, as armas de destruição em massa – elemento que ratificou a invasão ao Iraque – ainda não haviam sido confirmadas, apesar de centenas de milhares de dólares terem sido orçados para sua eliminação. De um modo geral, Blix (2004) entende que

Mesmo com a forte preocupação em todo o mundo – e especialmente pelos Estados Unidos – pela proliferação de armas de destruição em massa, seria muito difícil criar uma política que defendesse a possibilidade de guerra no Iraque, não fossem os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos. Antes deles, não existia preocupação mais séria em qualquer lugar do mundo de que o Iraque desenvolvesse um programa de armas nucleares. Nem se alegava que havia uma ligação importante entre o regime iraquiano e os responsáveis pelos ataques. Entretanto, havia uma conexão teórica entre os terroristas e as armas de destruição em massa, e até com armas nucleares, além de uma ligação factual entre o Iraque e essas armas. Tudo isso, combinado à fúria despertada pelos ataques terrorista parece ter reforçado no governo norte-americano a certeza de que a remoção da Al-Qaeda e do regime Talibã no Afeganistão teria de ser suplementada com a eliminação de Saddam Hussein e as supostas armas de destruição em massa no Iraque, outra fonte potencial de agressão contra os Estados Unidos (BLIX, 2004, p. 386).

Embora exista um ambiente histórico, econômico, político e cultural com vários aspectos para serem analisados nessa relação Estados Unidos e Iraque, Rai (2003) entende que os Estados Unidos visavam uma “troca de líder” e não uma mudança no regime do país, uma vez que era possível encontrar muita obscuridade na estratégia americana em relação ao Iraque. Outro aspecto trazido por Rai (2003) diz respeito à questão petrolífera – um dos motivadores da guerra –, isso porque já era considerada pauta da agenda internacional dos principais atores há muito tempo. Assim, Lord Altrincham, em setembro de 1945, explicava a importância do Oriente Médio

No papel de um tudo de comunicação entre o Ocidente, o Oriente e as populações meridionais do Mercado Comum Europeu, assim como no de maior reserva de óleo motivo e lubrificante, e mais ainda como uma região que, sem desejarmos dominá-la nós mesmos, não poderemos permitir a nenhuma outra potência que a domine e devemos preservar nessa nosso respeito, toda boa vontade e amizade, o Oriente Médio não é menos vital para a Grã-Bretanha do que a América Central e a América do Sul para os Estados Unidos ou do que as terras geladas orientais e ocidentais da Rússia continental para a União Soviética. (*apud* RAI, 2003, p. 201).

Rai (2003) ainda contribui com esta questão expondo em seus argumentos os vários aspectos que apontariam para a conclusão de que a Guerra do Iraque (2003) teria sido um equívoco. Primeiramente, o que teria sido denominado de “A Ameaça Fantasma” resultou na inexistência das provas de que o Iraque fabricasse ou havia adquirido armas de destruição em massa. Posteriormente, o autor destaca que “O Monstro Não é Nada do que se Pinta” referindo-se ao fato de que não existe ligação entre o Iraque e o 11 de setembro. Como fatores mais relevantes, Rai sugere que não se trata de uma guerra pela democracia, pois que a guerra do Iraque poderia desencadear um desastre humanitário. Ainda, poderia destruir o Curdistão iraquiano e também ser considerada ilegal.

Em outra linha argumentativa, Rai (2003) retoma à questão e expõe que os países vizinhos ao Iraque também eram contra a guerra, uma vez que suas consequências poderiam atingir uma escala mais ampla – não só vizinhos, mas também vários Gerais em ambos lados do Atlântico partilhariam desse pensamento. Ademais, Rai (2003) complementa sua abordagem com o tópico “Sem Representatividade”, uma vez que a maioria do povo britânico opunha-se à guerra. Por fim, a “Estupidez Econômica” se apresenta como o elemento final da análise de Rai, haja vista a guerra contra o Iraque ter tido o potencial para desencadear uma recessão mundial que resultara na pobreza e na condenação de milhares de pessoas.

4.5 Investimentos Militares na Guerra do Iraque (2003)

Segundo o relatório *“Iraq’s War Among the Worlds Wars’ Events – A Guerra do Iraque entre os piores eventos do Mundo”*, elaborado por David Swanson, o Iraque perdeu cerca de 1,4 milhões de vidas, ou seja, aproximadamente 5% de sua população. Segundo Swanson, por meio desses números é possível estabelecer uma comparação com a Segunda Guerra Mundial, na qual a França perdeu 1% e os Estados Unidos 0,3% de sua população. Acrescenta-se a esses desastrosos números, a quantia de mais 4 milhões de feridos e 4,5 milhões de refugiados para os países vizinhos. Os dados do SIPRI também apontam para outra constatação alarmante, qual seja, entre 2,3 e 2,6 milhões de habitantes foram forçados a se deslocar com o conflito.

Segundo o Wikileaks, um estudo recente do Serviço de Pesquisa do Congresso estima que, a partir de março de 2007 o governo dos EUA tenha informado o valor de 99.000 bilhões de dólares empregados na guerra do Afeganistão e 378 bilhões dólares no Iraque (Wikileaks). No entanto, o projeto “Prioridades Nacionais” tem por base que o custo com a guerra do Iraque, até maio de 2007, teria atingido valores superiores a US \$ 400 bilhões. Nesse sentido, como fora observado no exemplo dado pelos gastos no Afeganistão, estes valores não incluem eventuais despesas com cuidados de saúde de veteranos, o aumento dos gastos de defesa, ou juros sobre a dívida. Segundo Joseph Stiglitz – ganhador do prêmio Nobel em economia –, o custo total da guerra no Iraque será de \$ 1 trilhão de dólares em um cenário conservador e US \$ 2 trilhões em um cenário moderado.

Se, por um lado, os números expostos são expressivos ao considerarmos o investimento feito em armamentos, por outro, deve-se considerar o fato de que ainda existem mais de duas mil páginas que foram vazadas sobre a Guerra do Iraque. Nestas páginas será possível encontrar documentos secretos, indicação de operações em curso, quais foram as Forças envolvidas e as possíveis violações da Convenção de Armas Químicas das Nações Unidas por parte dos EUA. Há, ainda, o teor das críticas direcionadas ao governo estadunidense quanto ao financiamento dessa guerra.

Com base nos documentos do Wikileaks, os Estados Unidos “foram pegos” com pelo menos 2.386 armas químicas “não letais” no Iraque e mais de um milhão de itens em equipamentos militares variados. No entanto, antes mesmo do início do conflito, os americanos já haviam sido advertidos pelo Reino Unido no que tange ao uso dessas armas químicas. Ressalta-se, aqui, que uma vez que a Convenção de Armas Químicas das Nações

Unidas foi elaborada pelo Reino Unido, em 1997, e os Estados Unidos a ratificaram, pelo menos em tese deveriam cumpri-la.

Assim como na Guerra do Afeganistão, devido às mudanças de prioridades nas compras militares de ambas as partes, vários militares morreram devido ao uso de explosivos improvisados. Das 3.707 mortes, pelo menos 1.509 americanos foram mortos no Iraque por bombas improvisadas. Nesse sentido, a *The Joint Improvised Explosive Device Defeat Organization* (JIEDDO) gastou milhões de dólares no combate à utilização de bombas caseiras.

Dados do Wikileaks ainda mostram que durante essa guerra, mais de 400 robôs militares operaram em solo iraquiano e muitos deles tinham como principal finalidade detectar dispositivos explosivos improvisados – IED, sigla em inglês para este tipo de equipamento – a partir do reconhecimento de solo. No entanto, muito se questiona sobre a real função dos robôs, pois têm capacidade letal, do mesmo modo que os Drones (robô) de aeronaves, cuja produção alcançou 144 unidades.

Tal é a magnitude das cifras utilizadas para a aquisição de armamentos durante os a Guerra do Iraque que, segundo o Wikileaks, foram enviadas ao Iraque 39 máquinas de contagem de dinheiro automáticas. Também, visando mais segurança às transações, o Exército americano tinha à sua disposição mais de mil cofres para armazenar dinheiro. Além de dificultar o desvio de dinheiro, os cofres tinham grande importância na proteção de documentos oficiais e sigilosos.

Durante todo o conflito entre iraquianos e americanos, a fim de que as operações militares fossem mais eficazes e seguras, investiu-se muito em equipamentos de cifragem e segurança das comunicações, assim, dados do Wikileaks mostram uma enorme lista de vários sistemas de comunicações secretos dos EUA e que correspondem à classificação *Communications Security Equipment and Components* (Equipamentos e Componentes de Segurança nas Comunicações) – mais de 12 mil itens. Também há mais de 2 mil itens classificados como *Other Cryptologic Equipment and Components* (Outros Equipamentos e Componentes de Criptologia). Esses equipamentos além de terem um alto custo e serem utilizados em grandes quantidades, representam os elevados gastos em apenas uma parcela de determinada categoria de equipamentos militares.

Quanto às armas portáteis (químicas e biológicas), desde o início do conflito o governo americano acusou o Iraque de possuir laboratórios químicos, embora no transcorrer

do conflito ter sido descoberto que muitas dessas armas não existiam. Por outro lado, os Estados Unidos detiveram pelo menos cinco estações biológicas portáteis usadas para fins defensivos que estariam avaliadas em mais de 620 milhões de dólares.

Diferentemente do caso da guerra no Afeganistão, onde os dados com valores de alguns equipamentos bélicos foram obtidos com mais facilidade, os dados referentes à Guerra do Iraque apenas estão disponibilizados parcialmente. E, a “opção” pelo uso de armas químicas e biológicas na Guerra do Iraque fez com que os parâmetros de comparação entre as duas guerras se perdessem, tal o custo para o uso desse tipo de tecnologia. Evidentemente que muito do aparato militar convencional utilizado na Guerra do Afeganistão também em uso no Iraque, daí é possível estabelecer um padrão melhor de comparação.

O *Federal Supply Group* da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), ou seja, um grupo de “abastecimento” possui uma classificação muito ampla para os equipamentos utilizados nas guerras. Segundo o documento vazado, há mais de 900 mil itens listados. Assim, por meio da análise desses dados, pode-se verificar a quantidade e o tipo de material descrito. Abaixo temos apenas uma parte da tabela disponibilizada pelo Wikileaks.

Tabela nº 1 – Equipamentos Militares dos EUA - Iraque (2007)

Quantidade	Descrição do Grupo
534.336	Vestuário e Equipamento Individual
143.285	Comunicação e equipamentos de radiação e detecção
75.353	Equipamentos, software, suprimentos e equipamentos de apoio
37.448	Armas
33.600	Veículos em geral e reboques.
20.667	Equipamento de controle de fogo
16.638	Equipamentos de refrigeração, ar condicionado e circulador de ar
12.676	Fio elétrico e equipamentos de distribuição de força
8.804	Equipamentos e instrumentos de laboratório
8.063	Equipamentos e componentes eletrônicos
6.732	Manutenção e reparação de equipamentos
4.888	Equipamento fotográfico
4.515	Ferramentas de mão
4.497	Equipamentos de segurança, combate a incêndio e fogo; Equipamentos de proteção ambiental e material
4.311	Estruturas pré-fabricadas e andaimes.
4.007	Suprimentos; Equipamentos médicos, dentário e veterinário

3.505	Lâmpadas e iluminação
3.380	Materiais e equipamentos de manipulação
3.222	Instrumentos musicais e fonógrafos; rádios

Fonte: Wikileaks 1

No intuito de melhor especificar como são os gastos com a Guerra do Iraque, a Tabela nº 2 amplia a quantidade de dados e detalha melhor o valor individualizado dos equipamentos que foram adquiridos para a guerra. Essa segunda tabela, também é conhecida como *National Stock Number* no meio militar estadunidense.

Tabela nº 2 – Equipamento Militar dos EUA - Iraque (2007) – com preços

Itens	Unidade (\$)	Total (\$)	Tipo do Item	Classificação do Item
7.530	150.000	1.129.500.000	COUNTERMEASURES SET- WARLOCK DUK	Equipamentos de contramedidas, ação rápida e de capacidade de reação
586	809.500	474.367.000	ARMORED SECURITY VEHICLE (ASV) M	Caminhões e Caminhão-trator de rodas
129	2.393.439	308.753.631	TANK CMBT 120MM M1A1	Veículos de combate, assalto, táticos e lagartos
2.014	146.844	295.743.816	TRK UTIL HMMWV M1114	Caminhões e Caminhão-trator de rodas
118	1.311.639	154.773.402	FIGHTG VEH M2A2 W/ODS	Veículos de combate, assalto, táticos e lagartos
449	311.532	139.877.868	TRUCK W/O MHE M1075P1	Caminhões e Caminhão-trator de rodas
313	405.815	127.020.095	CARRIER PERS M113A3	Veículos de combate, assalto, táticos e lagartos
327	326.866	106.885.182	TR WR W/W M984A1P1	Caminhões e Caminhão-trator de rodas
1.832	543.137	995.026.984	TR 1 1/4T 4X4 M998P1	Caminhões e Caminhão-trator de rodas
267	337.610	90.141.870	TR TRACT HETS M1070P1	Caminhões e Caminhão-trator de rodas

Fonte: Wikileaks 2

Embora esses dados mostrem somente uma parte do equipamento que foi utilizado ao longo do conflito entre Estados Unidos e Iraque, é possível perceber, pela sua dimensão, o quão custosa foi essa guerra. Ressalta-se, ainda, que esses dados representam apenas determinado período do conflito (a partir de abril de 2007) e não constam nas tabelas (nº 1 e 2) elementos como munições, cartuchos de impressora ou de combustível, dentre outros, que também seriam contabilizados.

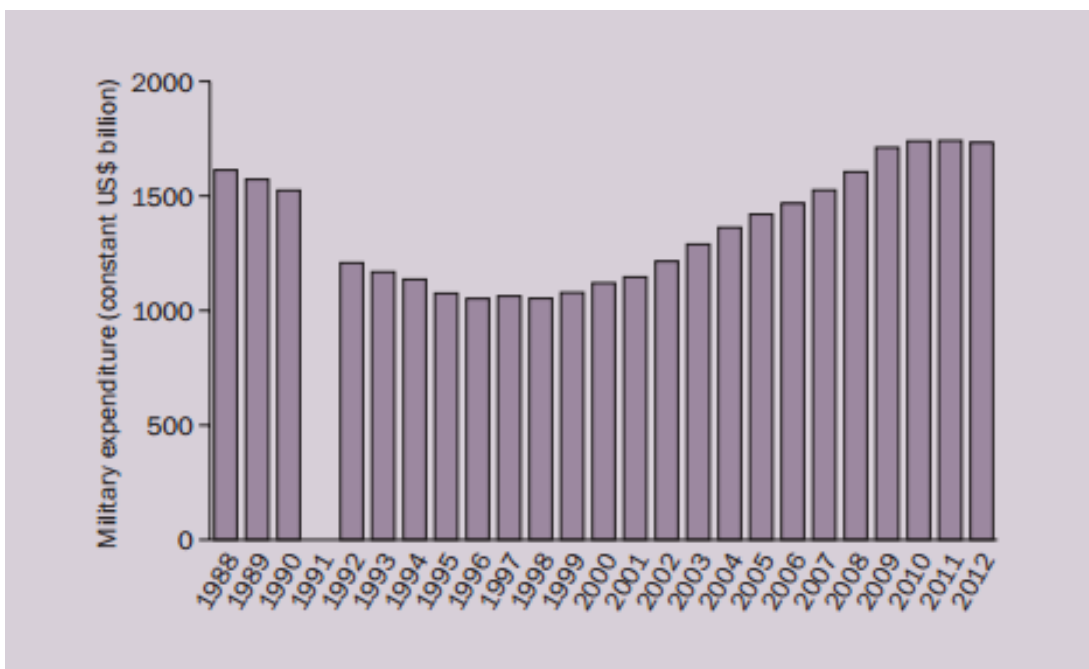
Como citado anteriormente, muitos dos itens mostrados nesse capítulo não apresentam o preço, contudo, dados obtidos pelo Wikileaks apontam que apenas um quinto dos itens representa um total de \$ 6.601.015.731 de dólares, no entanto, estima-se que o valor real de todo o equipamento utilizado seja de cinco a quinze vezes maior.

4.6 A Tendência Mundial dos Gastos Militares (2012)

Tendo em vista a relação “Corporações, Estados e Guerra”, podemos finalizar esse capítulo fazendo algumas considerações relativas aos questionamentos expostos no transcórre desse trabalho. Com base nos dados do SIPRI percebe-se que a tendência dos gastos em algumas regiões pode indicar o início de alteração na balança de poder internacional – seja por meio de mudanças de governo, término de conflitos ou outro evento desestabilizador.

No entanto, apesar de os analistas considerarem uma redução mínima, desde então pôde ser observado um aumento desses investimentos entre os anos de 2010 e 2012. Partindo-se do ano de 1988 ao ano de 1998 esses dados caíram, no entanto, a partir de 1999 até 2012 houve sucessivo crescimento, com destaque para os anos de 2010 em diante, como pode ser observado no Gráfico nº 1.

Gráfico nº 1 – Gastos com despesas Militares



Fonte: SIPRI Estimate.

Quanto à redução que pode ser observada no Gráfico nº 1, muito se atribui ao fato de que com o fim da Guerra Fria as potências teriam interrompido a corrida armamentista e investido em antigas zonas de influência, haja vista não mais haver a necessidade de contenção “do inimigo”. Outro aspecto que poderia justificar esta redução consiste na postura e atuação do governo Obama, que reduziu o investimento em questões militares.

Contudo, ainda é possível observar que o posicionamento dos países que possuem os maiores gastos com despesas militares, pouco se alterou com o passar do tempo. No ano de 2012, o posicionamento dos 15 países com maiores investimentos manteve-se na seguinte ordem, conforme expõe a Tabela nº 3.

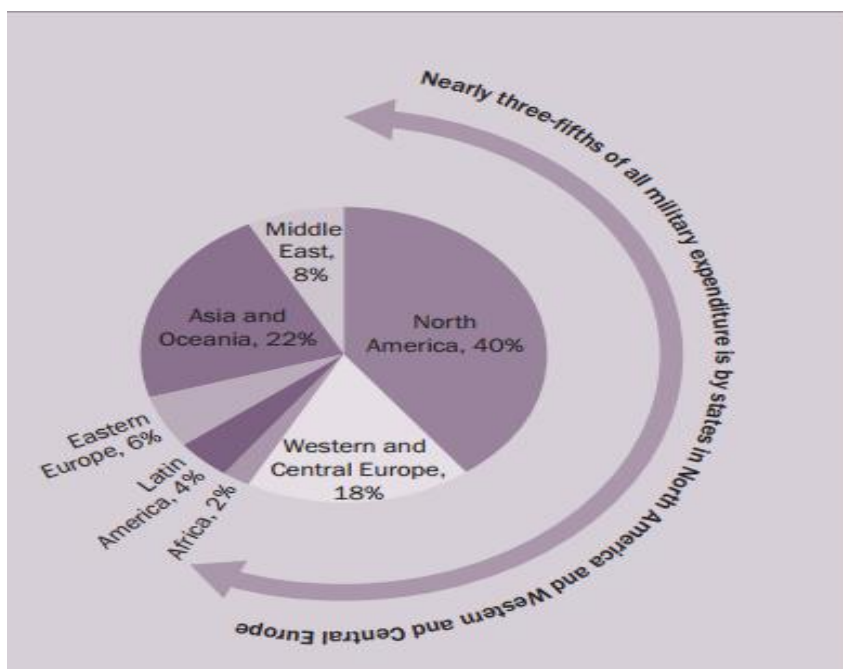
Tabela nº 3 – Top 15 – Países com maiores Investimentos Militares

Rank		Country	Spending, 2012 (\$ b.)	Change (%)		Spending as a share of GDP (%) ^a	
2012	2011			2011-12	2003-12	2012	2003
1	1	USA	682	-6.0	32	4.4	3.7
2	2	China	[166]	7.8	175	[2.0]	[2.1]
3	3	Russia	[90.7]	16	113	[4.4]	[4.3]
4	4	UK	60.8	-0.8	4.9	2.5	2.5
5	6	Japan	59.3	-0.6	-3.6	1.0	1.0
6	5	France	58.9	-0.3	-3.3	2.3	2.6
7	8	Saudi Arabia	56.7	12	111	8.9	8.7
8	7	India	46.1	-0.8	65	2.5	2.8
9	9	Germany	[45.8]	0.9	-1.5	[1.4]	1.4
10	11	Italy	[34.0]	-5.2	-19	1.7	2.0
11	10	Brazil	33.1	-0.5	56	[1.5]	1.5
12	12	South Korea	31.7	1.9	44	2.7	2.5
13	13	Australia	26.2	-4.0	29	1.7	1.9
14	14	Canada	[22.5]	-3.9	36	[1.3]	1.1
15	15	Turkey ^b	[18.2]	1.2	-2.1	2.3	3.4
World total			1 753	-0.5	35	2.5	2.4

Fonte: SIPRI estimate.

Por meio da observação dos valores dos gráficos e tabelas é possível destacar que os efeitos da crise global de 2008 “reposicionou” alguns desses atores. Nota-se, a partir de então, uma clara divisão entre os atores emergentes e os atores com tendência em declínio. Para um melhor entendimento desse fenômeno, o Gráfico nº 2 exemplifica como os gastos militares foram divididos no ano de 2012.

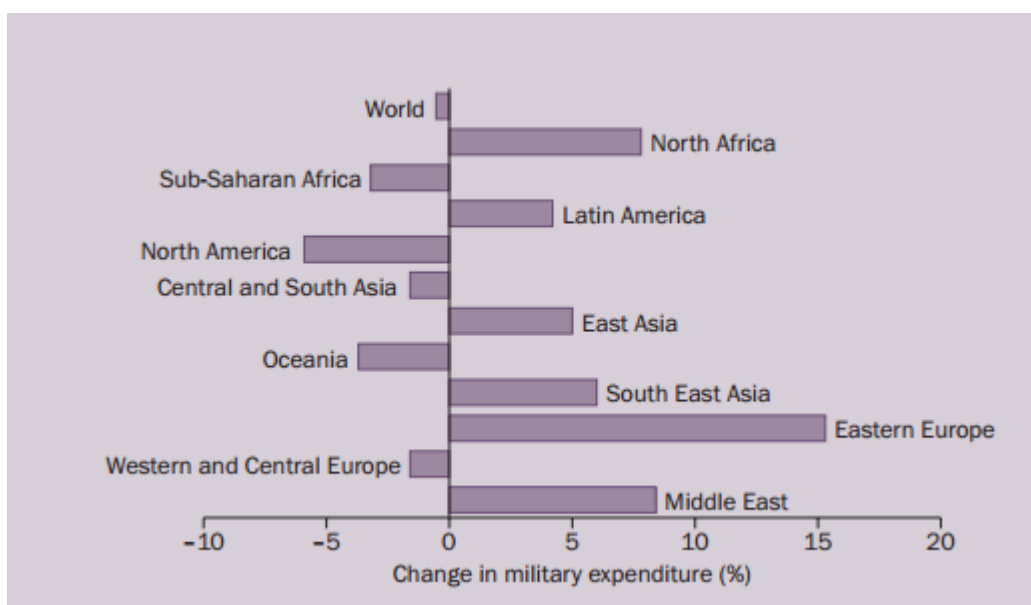
Gráfico nº 2 – Distribuição dos Gastos Militares



Fonte: SIPRI estimate.

Ao analisar-se cada “região” do globo, claras mudanças puderam ser observadas. Para as “Américas”, em especial os Estados Unidos, houve a redução de gastos em seis por cento, em termos reais – isso pode ser notado pelo controle no orçamento e pela redução de gastos e contingentes em conflitos como no Afeganistão e Iraque. Conforme mostra o Gráfico nº 3.

Gráfico nº 3 – Mudança nos Gastos Militares



Fonte: SIPRI Estimate.

Quanto a Europa, primeiramente deve-se destacar que devido à crise de 2010, com a qual muitos países foram afetados, suas despesas foram reduzidas. No entanto, outros países como França e Alemanha, embora também tenham reduzido seus gastos, essa redução foi considerada modesta. Já o caso da Rússia apresentou um aumento em suas despesas, dando indícios de maior projeção de gastos com esses fins para o ano de 2015 – a partir de um plano de substituição e modernização de suas Forças Armadas.

O Continente Asiático também demonstrou certo aumento com suas despesas, entretanto, as mesmas aparecem em um ritmo mais lento que os anos anteriores. Segundo dados do SIPRI, esses gastos aumentaram a partir da premissa de que ainda existem atritos com alguns países vizinhos e para maior controle de suas fronteiras. Por fim, no que tange ao Oriente Médio e a África, esses dados são muitos imprecisos, uma vez que a maioria de países não fornece informações oficiais. Assim, acredita-se que, em geral, as despesas militares estejam voltadas para o fortalecimento de suas fronteiras e para tentar combater as ilegalidades internas como o tráfico armas, drogas e grupos armados.

Quanto à América do Sul, o Brasil efetuou uma redução de pouco mais da metade do seu orçamento, mas países como Paraguai, Venezuela, Colômbia e Argentina trilham caminho oposto e aumentaram seus gastos. No caso da América Central, os níveis com tais gastos são ainda considerados baixos. Nesse sentido, a situação configura-se no combate a dois principais desafios: o tráfico de drogas e o crime organizado, assim, a situação da América Central baseia-se no dilema da segurança militar *versus* segurança internacional.

Em suma, de um modo geral, pode-se destacar que devido a alguns fatores externos que concorrem na elaboração do orçamento militar, tais como crises econômicas ou mudanças de governo, essas tendências globais de longo prazo sofreram uma alteração profunda, fato que repercutiu nas grandes corporações que participavam desse processo. O que se pode esperar a partir de então é que embora uma das principais potências mundiais tenha reduzido seus gastos, isso não significa que uma tendência global está sendo construída, isso porque, ao constatar que outros atores surgem e ressurgem no sistema internacional, cada um apresenta demanda distinta.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“... O fim da Guerra Fria foi o começo da era mais quente da venda de armas, o bazar das armas estava aberto, mísseis guiados, mísseis não guiados, morteiros, minas transportadores de tropas blindados, divisões inteiras de tanques...” (O Senhor das Armas, 2005)

Tendo em vista que esse trabalho buscou compreender a relação Corporações, Estado e Guerra, pode-se constatar ao longo do mesmo que, na perspectiva neorrealista do sistema internacional, onde nota-se presente uma estrutura com o posicionamento desses atores, essa relação se caracteriza com o Estado como o ator principal, mas, a aceitação das grandes corporações bem como sua influência é notória e sentida no âmbito da política externa desses Estados, no nosso caso, os Estados Unidos.

Essa influência pôde ser notada uma vez que, por meio da análise do governo Bush, por exemplo, os altos investimentos militares tornaram-se muito mais evidentes. Esses gastos destinados aos vários conflitos, mas, mais especificamente à Guerra do Afeganistão (2001) e na Guerra do Iraque (2003) puderam ser notados por meio da observação dos dados, quais sejam, valores investidos, variedade de equipamentos, bem como a quantidade de aparato militar utilizado ao longo dessas duas guerras.

Diferentemente do governo anterior, pôde-se verificar que o presidente Barack Obama atuou em um cenário político com várias heranças deixadas por Bush, o que resultou em algumas dificuldades iniciais para a execução de sua política externa no início de sua gestão. Quanto a sua forma de atuação externa, pôde-se analisar um viés bem menos belicoso (embora, Iraque e Afeganistão tenham sido temas que Obama priorizou) e com suas prioridades destinadas a outros setores, como o da saúde por exemplo. Ou seja, observou-se uma mudança mais expressiva no âmbito da segurança e dos investimentos militares a partir de então.

Quanto à atuação das grandes Corporações, foi necessário considerar o *modus operandi* de uma das principais ferramentas usadas com a finalidade de influenciar nas decisões do Congresso americano: o *lobby*, conforme Mearsheimer e Walt (2006). Foi possível destacar a influência que o *lobby* e os outros grupos de interesse conseguem exercer dentro da política americana. Nota-se, especialmente, a habilidade dos *lobbies* em variar sua forma de atuação, deixando os tomadores de posição sem opções, pois eles conhecem a

estrutura governamental e estão amparados por uma grande quantidade de capital investido, além dos indícios de corrupção nas instituições de poder.

Ademais, a atuação dos *lobbies* repercute de maneira negativa não apenas nos conflitos que visam promover, mas, conforme Mearsheimer e Walt (2006), na própria relação do Estado com outros países e no fracasso em lidar com determinadas questões. Assim, considera-se como consequência, por exemplo, o aumento da ameaça terrorista, a maior adesão ao extremismo islâmico, a impossibilidade de uma solução para o conflito israel-palestino e a manutenção de relações conflituosas com Irã e Síria, países que poderiam, ao contrário, contribuir contra essa luta. Isso acaba resultando também na imagem cada vez mais negativa dos Estados Unidos, que passa a ser percebido como principal apoiador da expansão israelense em territórios ocupados.

Nota-se, também, que essa influência negativa do *lobby* das armas ou do “*lobby de Israel*”, tem sido prejudicial aos Estados Unidos, pois teve como reflexo um aumento da participação de grupos extremistas, no distanciamento de outros atores, na impossibilidade de assinaturas de tratados de paz e no aumento do número de mortos nos conflitos.

Portanto, considera-se fortemente que a hipótese apresentada – as corporações têm o poder de influenciar na política externa dos Estados – configura-se como um elemento notório e expressivo dentro do contexto político americano. E, quanto ao questionamento sobre “a quem pertence o poder”, tem-se a seguinte consideração: para que uma guerra seja legitimada, a figura estatal faz-se de fundamental importância, e para que a opção pela guerra seja algo incisivo tem-se a figura das grandes corporações influenciando diretamente o Congresso. Ou seja, esse poder, pertence a ambos.

Por fim, percebe-se que há uma complementaridade na relação entre Corporações e Estados, uma vez que seus objetivos (sejam o aumento no lucro ou a derrubada de um governo) os tornam dependentes um do outro. Assim, o elemento da guerra pode ser visto como um meio para que estes atores alcancem seus objetivos. Ao questionamento sobre para quem a guerra seria interessante, ou quem seriam os “Senhores da Guerra”, tem-se claramente uma relação de cobertura estratégica. E quanto aos “Senhores da Guerra”, considera-se que eles nada mais são que os atores que influem na política internacional com os meios que detém.

REFERÊNCIAS

ALEXANDER, John B. **Ganhando a guerra: armas avançadas, estratégias e conceitos para o mundo pós-onze de setembro**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2007.

BALWIN, David. “Neoliberalism, Neorealism and World Politics” in BALWIN, David (ed.). **Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate**. New York: Columbia University Press, 1993, p. 3-25.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do Império Americano: da Guerra Contra a Espanha à Guerra no Iraque**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BLIX, Hans. **Desarmando o Iraque**. São Paulo: A Girafa Editora, 2004.

BURKE, Jason. **Al-Qaeda: A Verdadeira História do Radicalismo Islâmico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

CASTRO, Thales. **Teoria das relações internacionais**. Brasília: FUNAG, 2012. Disponível em: http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/Teoria_das_Relacoes_Internacionais_de_Thales_Castro.pdf> Acesso em: 20 de fev. de 2014.

CEPIK, Marco. **Segurança Internacional: práticas, tendências e conceitos**. São Paulo : Hucitec, 2010.

COMISSÃO NACIONAL JUSTIÇA E PAZ DE PORTUGAL. **A vergonha, o Senado, os lobbies das armas e a Segunda Emenda à Constituição Norte-Americana**. Disponível em: http://www.observatorioal.org/index.php?option=com_content&view=article&id=134:2013-04-28-09-19-27&catid=5:do-observatorio&Itemid=31> Acesso em: 29 de junho de 2014.

COMITÉ CONTRA O TERRORISMO – Contributo do Conselho de Segurança para a Luta contra o Terrorismo. Produzido pela Missão Permanente do Reino Unido junto das Nações Unidas e Distribuído com a ajuda do Departamento de Informação Pública das Nações Unidas. **Centro de Informação das Nações Unidas em Portugal**. Disponível em: <www.onuportugal.pt> Acesso em: 04 de dez. de 2014.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 1787. Disponível em: <http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/fontes%20historicas/constituicao_eua.pdf>. Acesso em: 25 de junho de 2014.

CUNHA, Ciro Leal M. da. **Terrorismo Internacional e a Política Externa Brasileira após o 11 de Setembro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

DAGGET, Stephen. Cost of Majors U.S. Wars. In: **Congressional Research Service**. June 29, 2010. Disponível em: < <http://fas.org/sgp/crs/natsec/RS22926.pdf>>. Acesso em: 30 de junho de 2014.

DIÁRIO DO CENTRO DO MUNDO – Como a maior organização lobista de armas previu o massacre em Newtown. Disponível em: < <http://www.diariodocentrodomundo.com.br/como-a-maior-organizacao-lobista-de-armas-previu-o-massacre-em-newtown>> Acesso em: 25 de novembro de 2013.

DINIZ, Eugênio. “**Compreendendo o Fenômeno do Terrorismo**”. Trabalho apresentado no 3º Encontro Nacional da ABCP – Associação Brasileira de Ciência Política. Niterói, 28-31 de julho de 2002.

DONNELLY, Jack. “Para Além do Realismo e de seus Críticos: Novas Pesquisas Realistas e as Possibilidades para um Engajamento Construtivo”. In: **Contexto Internacional**, vol. 22, nº 1, janeiro/junho 2000, p. 137-192.

FERREIRA, Thiago. **Empresas militares privadas: falta de controle estatal ou gestão eficiente do atrito?** 2008. 87 f. Monografia (Ciências Econômicas) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - Porto Alegre. Disponível em: < <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16193/000685595.pdf?sequence=1> > Acesso em: 20 de novembro de 2013.

FRIEDEN, Jeffrey A. & ROGOWSKI, Ronald. “The impact of the international economy on National politics: an analytical overview”. In: KEOHANE, Robert; MILNER, Helen (eds.). **Internationalization and domestic politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

GARCIA, Denise. Contestação de normas e ameaças à Paz e à Segurança Nacional e Internacional: a facilidade excessiva de acesso às armas. In: **Contexto Internacional**, vol. 33, nr. 02, julho/dezembro 2011, pp. 455-483.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GRIECO, Joseph. “Understanding the Problem of International Cooperation: The Limits of Neoliberal Institutionalism and the Future of Realist Theory”. In: BALWIN, David Allen. **Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate**. New York: Columbia University Press, 1993, p. 301-338.

ISLAM BR. Dez anos de guerra do Afeganistão. Disponível em: < http://www.islambr.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=374:dez-anos-de-guerra-do-afeganistao&catid=47:internacionais&Itemid=68> Acesso em: 28 de novembro de 2013.

KATZENSTEIN, P. J., KEOHANE, R.O., KRASNER, S. (1998). “International Organization and the Study of World Politics”. In: **International Organization**, 52(4), 1998.

KEEGAN, John. **Uma História da Guerra**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2006.

KEOHANE, Robert; MILNER, Helen. “Internationalization and domestic politics: an introduction”. In: KEOHANE, Robert; MILNER, Helen (eds.). **Internationalization and domestic politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6ª edição. São Paulo. Editora atlas: 2009.

MAGNOTTA, Fernanda. “O papel do Congresso dos EUA na formulação de política externa do governo Obama”. In: **A Brazilian Journal of International Relations (BJIR)**, vol. 3, ed. 01, 2014, pp. 121-145. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjir/article/view/3484>>. Acesso em: 17 de abril de 2014.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. New York/London: W.W Norton and Company, 2001. Caps 2 e 4: “Anarchy and the Struggle for power”, pp. 29-54. E cap. 4: “great power in action”, pp. 168-234.

_____. **Por que os líderes mentem: toda a verdade sobre as mentiras na política internacional**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. “O Lobby de Israel” In: **Novos Estudos 76**, CEBRAP, novembro 2006, pp. 43-73.

MENDES e FURTADO. **Tempo e Repetição na Teoria das Relações Internacionais**. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/view/25297>> Acesso em 10 de julho de 2014.

MICHALISZYN, Mario Sergio. **Pesquisa: orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos**. 4. ed. rev. e ampliada. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

NYE JR., Joseph S. **Cooperação e conflito nas relações internacionais**. São Paulo: Editora Gente, 2009.

_____. **O Paradoxo do Poder Americano**. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

O SENHOR DAS ARMAS (LORD OF WAR). Direção de Andrew Niccol. Produção de Nicolas Gage. Intérpretes: Nicolas Cage, Ethan Hawke, Jared Leto, Bridget Moynahan, Shake Tukhmanyan, Donald Sutherland, e Outros. Roteiro: Andrew Niccol. Música: Antonio Pinto. Los Angeles: Lions Gate Films (EUA) e SDN (France), 2005. (122 min.), Blu-ray Disc, son., color.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?**. 3. ed. ampl.e atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011.

PORTAL EAD SENASP/Ministério da Justiça. Disponível em:< <http://ead.senasp.gov.br> >
Acesso em: 28 de novembro de 2013.

PORTAL EAD SENASP/Ministério da Justiça. **Módulo 1 – Armas de fogo hoje**. Disponível em:< <http://cidadeoosp.files.wordpress.com/2011/09/modulo1.pdf>> Acesso em: 28 de novembro de 2013.

PORTAL VERMELHO – Invasão do Iraque pelos EUA Completa 10 Anos de Impunidade. Disponível em: < http://www.vermelho.org.br/noticia.php?id_noticia=208778> Acesso em 11 de julho de 2014.

RAI, Milan. **Iraque: plano de guerra**. Dez razões contra a guerra ao Iraque. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

RODRIGUES, Thiago. **Guerra e política nas relações internacionais** / Thiago Rodrigues. – São Paulo: EDUC, 2010.

ROLO, José M. “Novos dados sobre a produção e venda de armas a nível mundial”. In: **Economia Global e Gestão**. Vol. 14. Nr. 01, abril, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-74442009000100007> Acesso em: 30 de dezembro de 2013.

SAFARTI, Gilberto. **Teoria das relações internacionais**. São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

SIGNATURE AND RATIFICATION, ARMAS TRADE TREATY: Disponível em:< http://www.un.org/disarmament/ATT/docs/ATT_info_kit_ES.pdf> Acesso em: 28 de novembro de 2013.

SILVA, Tatiana Teixeira da. **Os Think Tanks e sua influência na política externa dos EUA**: arte de pensar o impensável. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

SIPRI - Stockholm International Peace Research Institute. **Trends in world military expenditure, 2012**. Disponível em: <<http://books.sipri.org/files/FS/SIPRIFS1304.pdf>> Acesso em: 20 de novembro de 2013.

SIPRI Fact Sheet – **Trends in World Military Expenditure, 2012**. Disponível em: <<http://books.sipri.org/files/FS/SIPRIFS1304.pdf>>. Acesso em 20 de novembro de 2013.

SOARES, Junia Rosa. **Think Tanks**: organização sistêmica de conhecimentos relevantes à política pública no Brasil. 2009. 168 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: < http://www.tede.udesc.br/tde_busca/processaPesquisa.php?listaDetalhes%5B%5D=637&processar=Processar>. Acesso em: 23 de junho de 2014.

TRATADO SOBRE EL COMERCIO DE ARMAS. Disponível em:< <http://www.un.org/disarmament/ATT/>> Acesso em: 28 de novembro de 2013.

VISACRO, Alessandro. **Guerra Irregular**. Terrorismo, Guerrilha e Movimentos de Resistência ao longo da História. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

WALTZ, Kenneth. "Reflections on Theory of International Relations. A Response to my Critics". In: KEOHANE, Robert (ed.). **Neorealism and its Critics**. New York: Columbia, 1986, p. 322-346.

_____. "Structural realism after the cold war". In: **Internatiomnal Security**, 25 (1), Summer, 2000, pp. 3-41.

_____. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002. Cap 6: "Ordens anárquicas e balanças de poder", pp. 113-143.

WHITTAKER, David J. **Terrorismo – Um Retrato**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2005.

WIKILEAKS 1 - US Military Equipment in Afghanistan. Disponível em:
<https://www.wikileaks.org/wiki/US_Military_Equipment_in_Afghanistan> Acesso em: 20 de julho de 2014.

WIKILEAKS 2 - US Military Equipment in Iraq. Disponível em:
<https://www.wikileaks.org/wiki/US_Military_Equipment_in_Iraq> Acesso em: 20 de julho de 2014.

WITCKER, Ivan. "Occidente Ante Las Nuevas Tipologías Del Terrorismo". In: **Estudios Públicos**. Disponível em:< <http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=1250862>> Acesso em: 10 de Nov. 2012.